

Diário do Legislativo de 31/10/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB-PPS-PSB-PTB-PSC-PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputado Ademir Lucas (PSDB), Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputado Célio Moreira (PSDB) e Deputado Neider Moreira (PPS)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Deputado Gilberto Abramo

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PV:

Líder: Deputado Agostinho Patrús Filho

Vice-Líder: Deputado Rômulo Veneroso

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP) e Deputado Paulo Cesar (PDT)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio (PSDB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min.

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Padre PT
João

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Neider PP
Moreira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento
Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BSD Presidente
Brandão

Deputado Dimas PP Vice-Presidente
Fabiano

Deputado Antônio BSD
Genaro

Deputada Maria DEM
Lúcia Mendonça

Deputada Rosângela PV
Reis

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio PV Presidente

Malheiros

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD

Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Vanderley PP
Jangrossi

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Patrús Filho

Deputado PDT
Sebastião
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Lafayette de Andrada BSD Presidente

Deputado Agostinho Patrús Filho PV Vice-Presidente

Deputada Gláucia Brandão BSD

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Veneroso Rômulo PV

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi BSD Presidente

Deputado Tarquínio Hely PV Vice-Presidente

Deputado Muniz Ruy DEM

Deputado Pimenta Carlos PDT

Deputado Rinaldo Doutor BSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente
Cesar

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado Luiz PMDB
Tadeu Leite

Deputado DEM
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente
Costa

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 46ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Convenção Batista Mineira pelos seus 90 Anos de Fundação

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado João Leite - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Palavras do Pastor Sebastião Arsênio da Silva - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Henrique - André Quintão - João Leite.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h14min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado João Leite, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado Federal Leonardo Quintão; Rômulo Viegas, Subsecretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Urbano de Minas Gerais, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; o Revmo. Sr. Pastor Sebastião Arsênio da Silva, Presidente da Convenção Batista Mineira; o Exmo. Sr. Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; e a Exma. Sra. Rosane Marques Crespo Costa, Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - Utramig.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença do Revmo. Sr. Pastor Geraldo Oliveira da Silva, representando, neste ato, o Deputado Federal Gilmar Machado, e, em seu nome, estendemos as saudações aos demais pastores.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Convenção Batista Mineira pelos seus 90 anos de organização.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado João Leite

Exmo. Sr. Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado José Henrique, representando o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Revmo. Sr. Presidente da Convenção Batista Mineira, Pastor Sebastião Arsênio da Silva; Exmo. Deputado Federal Leonardo Quintão; Exmo. Prof. Rômulo Viegas, Subsecretário de Desenvolvimento de Minas Gerais; pastores, meus irmãos, minhas irmãs, é uma alegria muito grande estarmos aqui na Casa do povo de Minas Gerais, a Assembléia Legislativa, que, por unanimidade de seus membros, decidiu homenagear a Convenção Batista Mineira. Fez bem a Assembléia Legislativa, pela história da Convenção Batista, pela história dos batistas em Minas Gerais.

Sei que o dia não foi o melhor. Posso imaginar que muitas das nossas igrejas estão funcionando agora. Alguns tiveram de deixar alguém lá, substituindo-os. Nossos colégios estão abertos, assim como a nossa faculdade, o nosso seminário. O trabalho batista não pára em Minas Gerais. Por isso fez bem esta Casa em homenagear a Convenção Batista Mineira.

O início da evangelização batista em Minas foi em 1888, deslocando-se para cidades do interior, tendo sido criada a Primeira Igreja Batista de Minas Gerais, em Barbacena.

Quando inaugurada em Belo Horizonte por J. J. Alves, em meados de 1897, houve uma grande migração dessas cidades do interior para a Capital. Em 1912, o missionário Crossland reorganizou a igreja, que passou a se chamar Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte.

Já existindo oito igrejas batistas no Estado, em 1918 criou-se a Convenção Batista Mineira. Além de um marco na história administrativa denominacional, representou um impulso na abertura de novas igrejas nas Gerais.

Na década de 30, a evangelização no Estado era um enorme desafio. O crescimento nesse período, seja em número de igrejas, seja em número de membros, também não era animador. Estatisticamente, a denominação vivia um período de grande estagnação, somente contornado por eventos como o que se deu no início da década de 40.

A década de 60 deu um novo rumo na história batista. Marcada pelas grandes campanhas evangelísticas, distribuição de folhetos e de literatura, evangelismo pessoal, todo esse trabalho missionário era coroado com séries de conferências e grandes concentrações evangelísticas, quando então se colhiam os frutos desse esforço. Dessa forma, o crescimento dos batistas mineiros foi retomado. A multiplicação de igrejas e a expansão do número de membros foram significativas.

Entre esses alvos, o crescimento dos batistas no Estado, o fortalecimento das igrejas e a independência financeira da denominação foram algumas das grandes conquistas da década de 70. Foi ainda nessa época que surgiu o Seminário Teológico Batista Mineiro.

Mesmo com esse crescimento da denominação Batista em Belo Horizonte, a preocupação com a evangelização dos mineiros manteve-se como uma das maiores metas da denominação. Ainda há muito que se fazer nesse aspecto. Inúmeros Municípios até hoje não contam com um trabalho batista.

Atualmente a denominação possui 635 igrejas, 270 congregações, 781 pastores, 16 associações e um total aproximado de 70 mil membros no Estado, que dão importante contribuição para a formação da cidadania dos mineiros, baseada na verdade e no caráter, suprimindo uma deficiência do poder público. Essa ação extrapola os limites dos templos, e, onde quer que haja um batista, ali estarão os frutos do espírito: amor, alegria, paz, paciência, benignidade, bondade, fidelidade, humildade e domínio próprio.

Quero aqui citar a grande contribuição que o Prof. Rômulo Viegas, batistão, vem dando ao nosso Estado, como Secretário de Estado, trabalhando. Já foi Secretário de Assistência Social e agora está na Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana do Estado. Além de tudo, o Prof. Rômulo é professor da Universidade Federal de São João del-Rei.

A principal meta da Convenção Batista Mineira é retornar ao 'primeiro amor' e dar o devido valor às coisas espirituais. O materialismo reinante no mundo atual tem seduzido a muitos.

Esses são alguns dos desafios que a denominação enfrenta na atualidade.

Portanto, confiamos na Convenção, para que mantenha ativa a denominação Batista e nossos votos de confiança e admiração à Convenção, que realiza ações sociais com fundamentação cristã e buscando o bem-estar comum. Parabéns à Convenção Batista Mineira!

"Aqueles que semeiam chorando colherão com alegria; aqueles que saem chorando, levando a semente para semear, voltarão cheios de alegria, trazendo nos braços os feixes de trigo" (Salmo 126, versículos 5 e 6).

Portanto quero deixar aqui a nossa alegria de poder, com os Deputados da Assembléia Legislativa, de alguma forma, dar o retorno do trabalho batista no Estado de Minas Gerais.

Esse trabalho tem dado muitos frutos. Eu mesmo, num desses trabalhos batistas, pude conhecer a verdade em minha vida, pude conhecer Jesus Cristo. Iniciei, após a minha conversão, minha caminhada cristã na 1ª Igreja Batista em Belo Horizonte, onde fui batizado pelo Pastor Murilo Cassette. Depois conheci uma jovem que era da Igreja Batista Central, a Eliana, minha esposa, e, há 28 anos, estou na Igreja Batista Central com minha família. Quero agradecer, porque esse trabalho tão permanente realizado pela Convenção Batista me deu oportunidade de conhecer Jesus, de conhecer a verdade, de conhecer a palavra de Deus, e hoje sou um estudioso dela. Vivo as bênçãos de Jesus na minha vida e na vida da minha família.

Parabéns a todos vocês que representam os milhares de batistas de Minas Gerais nesta homenagem que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, representando o povo mineiro, faz à Convenção Batista Mineira. Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistirem a um vídeo institucional da Convenção Batista Mineira.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado José Henrique, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará entrega ao Pastor Sebastião Arsênio da Silva de placa alusiva a esta comemoração. A placa contém os seguintes dizeres: "A Convenção Batista Mineira foi criada em 1918, com o objetivo de organizar e coordenar o trabalho evangelístico das igrejas batistas em Minas Gerais. Firme em sua doutrina, a denominação vem enfrentando com coragem os desafios da atualidade. A justa homenagem do Parlamento mineiro à Convenção Batista Mineira e a seus membros, homens e mulheres devotados à propagação das 'boas-novas' de Cristo, que muito têm contribuído para o desenvolvimento do Estado."

O Sr. Presidente - Convido o Deputado João Leite para fazer a entrega.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Pastor Sebastião Arsênio da Silva

Exmos. Srs. 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado José Henrique, representando o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, Deputado Federal Leonardo Quintão, Rômulo Viegas, Subsecretário de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, e Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, em nome dos batistas mineiros, quero manifestar nossa alegria pela iniciativa desta Casa de realizar esta reunião solene em homenagem aos 90 anos da Convenção Batista Mineira.

Somos gratos a Deus por nos ter proporcionado essa jornada vitoriosa, como está escrito em I Samuel 7:12: "Até aqui nos ajudou o Senhor". Os batistas estão presentes em Minas desde fevereiro de 1889, quando foi organizada a primeira Igreja Batista do Estado, na cidade de Juiz de Fora.

De lá para cá, muita coisa aconteceu, inclusive o desaparecimento daquela igreja. Hoje, a mais antiga Igreja Batista do Estado é a Primeira Igreja Batista da cidade de Ipanema, organizada no dia 4/10/1904. Em 19/7/18, foi organizada a Convenção Batista Mineira, com o objetivo de coordenar o trabalho de evangelização das Igrejas Batistas daquele tempo, que eram oito.

Hoje, 90 anos depois, os batistas mineiros podem olhar para trás e ver uma jornada vitoriosa e abençoada por Deus. Temos prazer em estar participando, como instrumentos de Deus, da realização de uma grande obra. Nesses 90 anos, além da evangelização, os batistas mineiros têm investido na área educacional. E, pela graça de Deus, temos hoje o Sistema Batista Mineiro de Educação, que inclui o Colégio Batista Mineiro,

com unidades em Belo Horizonte, Betim, Ouro Branco e Uberlândia; e o Instituto Batista de Idiomas, assim como a Faculdade Batista de Minas Gerais, com cursos de graduação, pós-graduação e extensão nas áreas de administração, direito e teologia.

Temos também uma obra social significativa, realizada por intermédio das igrejas, com a manutenção de creches, casas lares, centros de recuperação de drogados, uma obra em favor das pessoas necessitadas, procurando atender às necessidades emocionais e físicas das pessoas.

Os batistas fazem história não somente em Minas Gerais.

Estamos presentes em todos os Estados brasileiros, com um contingente de 6 mil igrejas, 7 mil pastores e mais de 1 milhão de batistas. No âmbito mundial, somos cerca de 100 milhões de batistas, operando em mais de 200 países, para o cumprimento dos propósitos estabelecidos pelo nosso Deus.

Nossa história se perde no tempo. Nossa identificação como batistas vem desde 1612, quando foi organizada, em Spitalfields, nos arredores de Londres, a primeira igreja, a partir da qual temos uma sucessão ininterrupta de igrejas batistas até os dias de hoje.

Somos um povo marcado por muitas lutas e perseguições e temos deixado na história um rastro de sangue derramado por mártires, que preferiram a morte a abrir mão de seu compromisso com as verdades da palavra de Deus.

Creemos que a Bíblia Sagrada é a palavra infalível de Deus e a temos como a nossa única regra de fé e de prática. Creemos num Deus eterno, onipotente, onisciente e onipresente, que se manifesta através de três pessoas distintas: Pai, Filho e Espírito Santo. O Pai é o criador e o sustentador de todas as coisas. O Filho, Jesus Cristo, é salvador e senhor de nossas vidas e único mediador entre Deus e os homens. O Espírito Santo é aquele que nos consola e nos guia em tudo quanto Jesus ensinou. Creemos que a salvação dos pecadores é pela graça, mediante o arrependimento e a fé em Jesus Cristo, que, por sua morte na cruz, realizou a expiação de nossos pecados.

Nossas igrejas adotam a forma de governo congregacional democrático. No governo da Igreja Batista, não temos uma hierarquia nem a força de uma autoridade central. Cada igreja é autônoma e independente e se relaciona uma com as outras de forma cooperativa e por laços fraternais. Pregamos as boas-novas do Evangelho de Cristo, buscando a conversão de cada pessoa e desafiando cada convertido a confirmar sua conversão por meio do batismo por imersão, mediante a profissão de sua fé.

Através dos tempos, os batistas têm dado grandes contribuições ao mundo. Os maiores pregadores evangélicos da história foram batistas: João Bunyan, século XVII; Robert Hall, século XVIII; Spurgeon, século XIX; e Billy Graham, século XX. Este é considerado o maior evangelista de todos os tempos depois do apóstolo Paulo.

Strong, considerado um dos maiores teólogos do mundo, é batista. O maior seminário evangélico do mundo, o Seminário de Forth Worth, no Texas, com mais de 6 mil alunos, é batista. Jonh Clark, pregador batista, criou a primeira escola gratuita do mundo. A primeira emenda feita à Constituição dos Estados Unidos é obra dos batistas. Os maiores estadistas do mundo através dos tempos são de origem batista. Entre eles, podemos destacar: Abraham Lincoln, Martin Luther King e Jimmy Carter.

Louvamos a Deus por suas copiosas bênçãos nesses 90 anos de história. Como o povo de Israel, podemos fazer a mesma declaração do salmista no Salmo 126:6: "Grandes coisas fez o Senhor por nós, e por isso estamos alegres". Firmados na fé, estamos dispostos a prosseguir em nossa caminhada, reafirmando a nossa disposição e o compromisso de sermos usados por Deus como agentes de transformação, para que, por meio de nós, batistas, Minas, o Brasil e o mundo sejam cada vez melhores.

Que Deus nos abençoe, nos ajude, nos encaminhe e nos permita ser Seu instrumento, para cumprir os seus eternos propósitos neste mundo. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem o músico Josimar Bianchi, que apresentará as músicas "Pra cima Brasil" e "Todos são iguais", de João Alexandre.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Pastor Sebastião Arsênio da Silva, Presidente da Convenção Batista Mineira, Exmo. Sr. Deputado Federal Leonardo Quintão, Exmo. Sr. Rômulo Viegas, Subsecretário de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, Sra. Rosane Marques, Presidente da Utramig, Sr. Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, em nome do Presidente desta Casa, agradeço a presença de todos e, como membro desta Casa, digo da alegria e honra de recebê-los aqui.

Esta homenagem da Assembléia Legislativa de Minas Gerais à Convenção Batista Mineira, pelos seus 90 anos, é extensiva a todos os seus membros, que vêm, ao longo desses anos, não apenas propagando sua fé, mas efetivamente contribuindo para o desenvolvimento social de nosso Estado. Em nome do Pastor Sebastião Arsênio da Silva, Presidente da Convenção, reconhecemos o trabalho dos missionários pioneiros em Minas Gerais, trabalho hoje conduzido pelos líderes religiosos, pastores e membros da Convenção.

Em Juiz de Fora, em 1889, quando a República trouxe, em sua Constituição, a liberdade religiosa para os cidadãos brasileiros, foi iniciada a obra batista em Minas Gerais. Hoje são mais de 600 igrejas, quase 800 pastores e um expressivo contingente de 70 mil membros. A origem da Igreja Batista liga-se à busca pela liberdade, quando, discordando da Igreja Anglicana, quatro ingleses refugiaram-se na Holanda, ainda no ano de 1609. Acreditava o líder John Smith na necessidade de batizar-se com consciência, tendo batizado os demais fundadores da igreja e criando, assim, a Primeira Igreja Batista organizada. Durante muito tempo perseguidos, sobretudo na Inglaterra, os primeiros seguidores foram constantemente levados a emigrar. Entre os pioneiros, John Bunyan expressou o difícil momento, com sua obra-prima 'O Peregrino', escrita na prisão.

Nas novas colônias britânicas na América, encontraram os batistas um solo fértil. Cresceram com os Estados Unidos, sobretudo nos Estados do Sul, onde hoje a Convenção Batista do Sul conta com 15 milhões de membros. Desde o século XIX, missionários batistas começaram a ser enviados à América Latina. A Guerra Civil Americana trouxe para o interior paulista, sobretudo para Santa Bárbara do Oeste, Piracicaba e Americana, milhares de sulistas americanos que organizaram, em 1871, a Primeira Igreja Batista em território brasileiro.

A partir de 1907, as igrejas passaram a se agrupar nas convenções, para melhor gestão das causas comuns. Na passagem da década de 50

para 60, após uma cisão doutrinária que causou traumas ainda perceptíveis, os batistas mineiros envolveram-se em grandes campanhas evangélicas, propagando que Cristo é a única esperança.

Desde então, a comunidade batista de Minas Gerais vem prosperando e crescendo, com a multiplicação de igrejas e a expansão do número de membros.

O surgimento do Seminário Teológico Batista Mineiro veio realizar, há alguns anos, o velho sonho de capacitar plenamente seus pastores.

Pelas grandes obras realizadas, sobretudo nas áreas de educação e de amparo social à população carente, vêm sendo os batistas uma presença de grande importância para a vida de Minas Gerais.

Num ambiente democrático e alicerçado na representatividade, como o que se dá nesta Assembléia, é de inegável valia a atuação da Convenção Batista Mineira. Creio que teremos renovados motivos para, brevemente, celebrar seu centenário. Minas Gerais não pode prescindir nem da ação social nem da ação educativa levada à frente pelos pastores, missionários e toda a comunidade filiada à Convenção Batista Mineira. Muito obrigado!

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 29, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 26ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 11/10/2007

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão, em que solicita seja formulado apelo ao Governador do Estado, com vistas a que se estudem as alterações propostas na Lei Delegada nº 94, de 29/1/2003, por meios das sugestões resultantes dos trabalhos do Parlamento Jovem - 2004-2005, sistematizadas e encaminhadas pelo Secretário-Geral da PUC Minas; André Quintão e Carlin Moura, em que solicitam realização de audiência pública conjunta desta Comissão com as Comissões de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, com a finalidade de discutir a situação do transporte escolar no Estado, a participação dos entes federativos no financiamento desta ação e o impacto no acesso das crianças às escolas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2007.

André Quintão, Presidente.

ATA DA 22ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 24/10/2007

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Luiz Tadeu Leite, João Leite e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Tadeu Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, os problemas enfrentados pela comunidade do Bairro Jardim Colonial, no Município de Ribeirão das Neves. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Maurílio Zacarias Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto, convidando a Comissão para participar da reunião em 25/10/2007, às 15 horas, para discutir a segurança pública em Ouro Preto, principalmente no tocante à infra-estrutura das Polícias Civil e Militar e a situação prisional no Município; e Lécio Resende da Silva, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, encaminhando expediente sobre o Processo nº 2000.01.1.012357-0, da Vara do Tribunal do Júri da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília-DF, tendo como acusado Eder Douglas Santana Macedo, em resposta ao Requerimento nº 1.139/2007, desta Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Otávio Carlos de Melo, Ouvidor-Geral do Município de Ribeirão das Neves, representando o Prefeito Municipal; Gustavo Corgozinho Alves de Meira, Defensor Público Estadual, representando o Defensor Público-Geral do Estado; Domicílio Alves de Oliveira, Presidente da Associação Pró-Melhoramentos do Bairro Jardim Colonial; e Tiago Bulhões Vianna de Cerqueira Leite, advogado, representando a Campos Incorporações Imobiliárias Ltda., os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.347/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (10), em que solicita seja formulado apelo à Agência Nacional de Petróleo, à Juíza da 33ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, ao Promotor de Justiça do Procon Estadual, ao Coordenador do Procon da Assembléia Legislativa e ao Coordenador do Centro Operacional de Ordem Econômica e Tributária do Ministério Público Estadual com vistas a que sejam tomadas providências no que diz respeito a denúncias de violação de direitos humanos e de possível adulteração de combustíveis, conforme notas taquigráficas que encaminha, referentes a audiência pública realizada por esta Comissão em 22/10/2007; à Ouvidoria Ambiental do Estado com vistas a que sejam tomadas providências relativas a denúncias apresentadas nesta Comissão contra a empresa Serqueira - Tratamento de Resíduos; à Ouvidoria de Educação do Estado com vistas a que sejam tomadas providências relativas a ofício recebido por esta Comissão, subscrito pelo Prof. Luiz Antônio Cruz; à Corregedoria-Geral da PMMG, para que se apure a Denúncia nº 623/2007, apresentada pela Sra. Jussara Aparecida Emiliano; à Justiça Militar com vistas a que sejam apurados os fatos denunciados pelo Sr. Leonardo Emílio dos Anjos, registrados nas notas taquigráficas da reunião de 18/10/2007, desta Comissão, acerca do tratamento dado aos recrutas no período de prestação de serviço militar; seja encaminhada ao Comando da 4ª Região Militar do Exército manifestação de repúdio pelo tratamento dado aos recrutas; seja encaminhado pedido de informações ao Delegado de Sabará sobre o motivo do arquivamento do inquérito instaurado contra o Sr. Fausto Vieira Sales; à Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU - sobre os fatos ocorridos em 30/8/2007, por volta das 12h10min, envolvendo um usuário do metrô, funcionários e seguranças na Estação da Lagoinha, conforme cópia de ocorrência encaminhada, e solicitando o envio a esta Comissão das normas de segurança adotadas para a gestão e operação do metrô em Belo Horizonte; ao Coordenador do Procon Assembléia sobre as ocorrências envolvendo adulteração de combustível, contendo a data do fato, o nome da distribuidora e do posto de combustíveis envolvidos, identificando-se aqueles cujas bombas de combustível tenham sido lacradas em virtude de atuação em flagrante, assim como as providências eventualmente tomadas para a solução dos problemas; seja formulado apelo à Agência Nacional de Petróleo solicitando cópias dos laudos relativos aos combustíveis recolhidos em virtude de adulteração, constantes do Processo nº 02404384148-5, instaurado contra o empresário Marcelo Diniz e envolvendo a empresa Shell Brasil; dos Deputados Alencar da Silveira Jr., em que solicita

realização de reunião conjunta desta Comissão e da de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, com os convidados que menciona, para obter esclarecimentos sobre denúncia de adulteração de combustíveis; João Leite, em que solicita seja encaminhado pedido de informações à Feam sobre a existência ou não de licença para a retirada de cascalho por parte da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, em área do Bairro Jardim Colonial, nesse Município; Durval Ângelo e João Leite (8), em que solicitam o envio das notas taquigráficas desta reunião, para tomada de providências, ao Juiz de Direito, ao Promotor de Justiça e ao Defensor Público da Comarca de Ribeirão das Neves; em que solicitam seja enviado a essas autoridades pedido de informações sobre a situação jurídica do loteamento existente no Bairro Jardim Colonial, a situação da ação judicial instaurada com o objetivo de solucionar problemas apresentados em virtude da ausência de infra-estrutura no bairro e as providências a serem tomadas para a solução dos problemas mencionados; seja formulado apelo à Defensoria Pública de Direitos Humanos e ao Ministério Público solicitando o levantamento de todos os processos judiciais e administrativos instaurados contra a empresa Campos Incorporações Imobiliárias Ltda.; sejam realizadas visitas, com convidados que mencionam, ao Bairro Jardim Colonial e à Juíza de Direito da Comarca de Ribeirão das Neves, para verificar as condições a que estão sendo submetidos os moradores; sejam realizadas reuniões para, em audiência pública, debater a obrigatoriedade de identificação dos nomes nos uniformes dos policiais militares em serviço durante manifestações públicas, eventos de mobilização social e cumprimentos de mandados judiciais de busca e apreensão e de desapropriações; seja debatida, com a presença da Ouvidoria de Polícia do Estado, a possibilidade de instauração de Ouvidoria Itinerante na Pedreira Prado Lopes, para tratar de casos de violência e abuso de autoridade por parte de policiais militares; seja realizado debate público nesta Comissão, para discutir a situação dos quilombolas no Estado e os projetos de lei em tramitação nesta Casa, referentes a esse tema; seja encaminhado à TV assembleia pedido para que realize matérias jornalísticas específicas sobre as atribuições das Ouvidorias do Estado, a saber: de Polícia, de Educação, de Saúde, de Meio Ambiente, Penitenciária e de Fazenda e Licitações. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2007.

Durval Ângelo, Presidente.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 105ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 31/10/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.860, que dá denominação ao viaduto sobre a R. Jacuí, situado na Av. Cristiano Machado, sentido centro- bairro, no Município de Belo Horizonte. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.882, que dá nova redação ao "caput" do art. 1º da Lei nº 13.457, de 12/1/2000. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, que altera o "caput" do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.630/2007, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de reciclagem, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 351/2007, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a obrigatoriedade da contratação de seguro por parte dos estacionamentos no âmbito do Estado. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 426/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a instalação de sistema sensor e válvulas de bloqueio de gás e dá outras providências. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 708/2007, do Deputado Padre João, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo às Culturas da Floricultura e Horticultura e dá outras providências. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do

vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 301/2007, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre incentivo à adoção de política de controle ambiental. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 772/2007, do Deputado Irani Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dom Silvério o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 788/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tupaciguara o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.237/2007, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapora o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 28ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 31/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 29ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 31/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.355/2007, do Deputado Doutor Viana; 1.358/2007, do Deputado Jayro Lessa; 1.373/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 30ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 31/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 29ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 31/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Realização de debate, em audiência pública, sobre a aplicabilidade da Lei nº 14.086, de 2001, que cria o Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos - Fundif - e o Conselho Estadual de Direitos Difusos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 30ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 31/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 864/2007, do Deputado Ruy Muniz.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.548/2007, do Governador do Estado; 1.574 e 1.575/2007, do Deputado Rômulo Veneroso; 1.579 e 1.617/2007, da Deputada Elisa Costa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 33ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10h30min do dia 31/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 30/2007, do Governador do Estado; 730/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 1.598, 1.601, 1.604 e 1.632/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 31/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 31/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.356/2007, do Deputado Doutor Viana; 1.357 e 1.360/2007, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 25ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 31/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 141/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 405/2007, do Deputado Sebastião Helvécio; 1.387/2007, do Deputado José Henrique; 1.409/2007, do Deputado Wander Borges; 1.510/2007, do Deputado Antônio Genaro; 1.549/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 1.554/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 1.557/2007, do Deputado Carlos Mosconi; 1.559/2007, do Deputado Domingos Sávio; 1.562/2007, do Deputado Ademir Lucas; 1.590/2007, do Deputado Rômulo Veneroso; 1.594/2007, do Deputado Ademir Lucas; 1.607/2007, do Deputado Luiz Tadeu Leite; 1.618/2007, do Deputado Fábio Avelar; 1.633/2007, do Deputado Antônio Júlio; 1.638/2007, do Deputado Tiago Ulisses.

Requerimento nº 1.375/2007, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 26ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16 horas do dia 31/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.397/2007, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.371/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.374/2007, da Deputada Gláucia Brandão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 31/10/2007, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 17.860, que dá denominação ao viaduto sobre a R. Jacuí, situado na Av. Cristiano Machado, sentido centro-bairro, no Município de Belo Horizonte; e 17.882, que dá nova redação ao "caput" do art. 1º da Lei nº 13.457, de 12/1/2000; da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, que altera o "caput" do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado; do Projeto de Resolução nº 1.630/2007, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de reciclagem, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75; e dos Projetos de Lei nºs 301/2007, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre incentivo à adoção de política de controle ambiental; 351/2007, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a obrigatoriedade da contratação de seguro por parte dos estacionamentos no âmbito do Estado; 426/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a instalação de sistema sensor e válvulas de bloqueio de gás e dá outras providências; 708/2007, do Deputado Padre João, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo às Culturas da Floricultura e Horticultura e dá outras providências; 772/2007, do Deputado Irani Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dom Silvério o imóvel que especifica; 788/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tupaciguara o imóvel que especifica; e 1.237/2007, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapora o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 30 de outubro de 2007.

Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente no exercício da Presidência.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ademir Lucas, André Quintão, Chico Uejo, Domingos Sávio, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Administração Pública; Vanderlei Jangrossi, Padre João, Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo e Getúlio Neiva, membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para a reunião a ser realizada em 31/10/2007, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, com a presença de convidados, os efeitos do Projeto de Lei nº 1.585/2007, do Governador do Estado, que consolida a legislação tributária do Estado.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2007.

Elmiro Nascimento, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Sebastião Costa, Antônio Júlio, Elmiro Nascimento e João Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 31/10/2007, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 26/2007, do Deputado Carlos Pimenta e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2007.

Sebastião Costa, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.574/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Rômulo Veneroso, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Creche Comunitária Paraíso Infantil, com sede no Município de Betim.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.574/2007 pretende declarar de utilidade pública a Creche Comunitária Paraíso Infantil, com sede no Município de Betim, que tem por finalidade o atendimento a crianças até seis anos, às quais oferece alimentação, serviços de saúde, educação, cultura, instrumentos de pesquisa, lazer e esporte.

Contribui para o estabelecimento de políticas públicas e programas intersetoriais visando garantir a universalidade da atenção dispensada à criança, na perspectiva de concretizar os seus direitos e oportunidades. Promove reuniões, círculos de estudos, conferências, debates, cursos, palestras e seminários visando à divulgação de resultados observados nos seus projetos e troca de informações que possa contribuir para o seu propósito estatutário.

Com suas iniciativas, a instituição propicia o desenvolvimento integral de seus assistidos em seus aspectos físico, afetivo, cognitivo e social, pelo que é merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.574/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2007.

Deiró Marra, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.617/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria da Deputada Elisa Costa, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Valadarense de Voleibol e Desporto, com sede no Município de Governador Valadares.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.617/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação Valadarense de Voleibol e Desporto, com sede no Município de Governador Valadares, que tem como finalidade a promoção da prática de diversas modalidades de esporte, com destaque para o voleibol.

Ela ainda desenvolve atividades no campo da cultura e da assistência social, prestando diversos serviços à comunidade. Com o propósito de canalizar recursos materiais e humanos para concretizar seus objetivos, estabelece parcerias com instituições públicas e privadas.

Isto posto, acreditamos ser a entidade merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.617/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2007.

Vanderlei Jangrossi, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.620/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Fundação de Educação, Cultura, Desenvolvimento Empresarial e Social, com sede no Município de Uberlândia.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.620/2007 pretende declarar de utilidade pública a Fundação de Educação, Cultura, Desenvolvimento Empresarial e Social, com sede no Município de Uberlândia, que possui como objetivo primordial promover o desenvolvimento socioeconômico, educacional e cultural da população local.

Na consecução de seus propósitos, cria e mantém escolas técnicas, incentiva a realização de pesquisas, desenvolve programas de treinamento, aperfeiçoamento profissional e recrutamento de pessoal, bem como projetos de fomento ao comércio, indústria e serviços; além disso, apóia atividades nas áreas da educação, cultura, lazer e esporte, ampara a infância e o idoso e presta serviços médicos e odontológicos aos mais carentes.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.620/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2007.

Vanderlei Jangrossi, relator.

Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição Nº 34/2007

Comissão Especial

Relatório

Tendo como primeiro signatário o Deputado Gil Pereira, a Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2007 "dá nova redação ao § 1º do art. 77 e revoga o § 6º do art. 76 e o § 2º do art. 77 da Constituição do Estado".

Publicada no "Diário do Legislativo" de 14/6/2007, foi a proposição encaminhada a esta Comissão Especial para receber parecer no 1º turno, nos termos do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em epígrafe pretende dar nova redação aos dispositivos constantes em nossa Constituição Estadual que determinam que o Tribunal de Contas do Estado – TCE – seja dotado de duas Câmaras especiais: uma para a apreciação conclusiva de procedimentos licitatórios e outra específica para Municípios. A proposição remete a lei ordinária a definição das Câmaras do Tribunal e das respectivas competências.

De acordo com a justificação da proposta, a atual estrutura de Câmaras do TCE cria amarras e gera uma distribuição desproporcional de processos entre os Conselheiros dessa Casa. Em especial, acarreta um grande volume de trabalho para os três Conselheiros da Primeira Câmara – Câmara dos Municípios – haja vista o grande número de Municípios do Estado.

Não obstante o mérito da proposição, informamos que se tornou intempestiva, uma vez que foi aprovada nessa Casa, em 3/10/2007, a Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2007, que incorpora disposição de idêntico teor à proposição ora em discussão. Vale ressaltar que essa Proposta de Emenda à Constituição foi sancionada em 5/10/2007 e se tornou a Emenda à Constituição nº 78 à nossa Carta Maior.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2007.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2007.

Wander Borges, Presidente e relator - Adalclever Lopes - Weliton Prado.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

Discursos Proferidos em 23/10/2007

O Deputado Ruy Muniz* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, povo de Minas Gerais. Nenhum outro lugar simboliza tão bem a riqueza cultural, a peculiaridade da culinária e a força do artesanato de Montes Claros e do Norte de Minas quanto o Mercado Municipal de Montes Claros. É no Mercado Central que a população se reaproxima de suas origens rurais, os turistas se encantam com produtos e iguarias típicas da região e centenas e centenas de produtores rurais, artesãos e comerciantes encontram espaço para vender seus produtos e sustentar com dignidade suas famílias. São poucos os lugares no mundo onde se consegue apreciar tanta variedade de sabores e onde se tem contato com uma produção artesanal tão rica, que reflete a capacidade criativa do nosso povo: bonecas de barro, esculturas de madeira, toalhas, balaios, esteiras e vidros de pimenta decorados adquiridos no Mercado de Montes Claros enfeitam residências em todo o Brasil e em vários países do mundo.

Os sabores inconfundíveis do pequi, da carne de sol, da manteiga de garrafa, do andu, e de frutos típicos da região como o umbú, o coquinho azedo e a jabuticaba são patrimônios da nossa região. A cachaça artesanal e o licor de pequi são presentes que os norte-mineiros costumam oferecer com orgulho. Tudo isso pode ser encontrado com fartura no Mercado Central de Montes Claros.

Faço esta introdução, meus amigos, apenas para mostrar a V. Exas. o que representa esse espaço para nós, montes-clarenses e norte-mineiros. O Mercado Municipal é um lugar quase sagrado para nós. Infelizmente, no final da semana passada, ele foi o palco de uma polêmica que me deixou indignado e que é o motivo da minha presença hoje nesta tribuna.

Acompanhados pela Polícia Militar, mais precisamente pelo Grupo de Ações Táticas Especiais da Polícia Militar de Minas Gerais - Gate -, fiscais da Receita Federal fizeram uma barulhenta operação no Mercado Municipal. Ameaçando, com pés de cabra, arrombar as barracas dos pequenos comerciantes que ainda não haviam começado a trabalhar, a fiscalização apreendeu mais de 2.700 garrafas de cachaça e de licor de pequi sob a justificativa do não-pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

Essas apreensões, que podem até parecer pequenas para alguns dos senhores, foram suficientes para causar prejuízos quase irreparáveis para alguns pequenos comerciantes, como o Sr. Geraldo Ferreira, que sustenta a família trabalhando duro na sua pequena barraca do Mercado. Dele foram apreendidos muitos litros de cachaça artesanal, conhecida na região como cachaça curraleira. Já a D. Selma Aquino, que durante anos trabalhou pesado para conseguir um estoque razoável, a fim de atender a sua clientela, calcula que teve um prejuízo de R\$10.000,00. Levaram dela algumas garrafas de cachaças antigas, relíquias produzidas há décadas, e que, pela ação do tempo ou pela prática que era comum na época, não tinham o selo do IPI.

Não quero aqui defender a ilegalidade. Longe disso! Todavia, o que nos deixa indignados é que o alvo da gula arrecadadora da Delegacia da Receita Federal de Montes Claros seja o pequeno comerciante do Mercado Municipal de Montes Claros, que, ao buscar sobrevivência comercializando em pequena escala produtos artesanais, não pode ser tratado como marginal.

Cabem aqui algumas perguntas: se existem irregularidades, não seria mais justo combatê-las na fonte, em vez de penalizar os pequenos, os que revendem algumas poucas garrafas de aguardente ou de licor de pequi? E por que não, antes de tomar seus produtos, promover uma campanha educativa para que possam adaptar-se às regras, muitas vezes injustas, impostas pela Receita Federal? Onde estava a Prefeitura de Montes Claros, que administra o Mercado e não detectou antes o problema e buscou uma solução conjunta com a Receita Federal de Montes Claros para evitar que a situação chegasse a esse ponto?

Meus amigos, aquelas operações espetaculares no sábado de manhã, em Montes Claros, foram o maior absurdo.

Não acredito, sinceramente, que a atitude da Delegacia da Receita Federal de Montes Claros obedeça a uma determinação vinda de cima, do próprio governo federal. Não acredito que a determinação de fechar o cerco contra os pequenos comerciantes do Mercado tenha a ver com a política do governo do Presidente Lula, que chegou e se mantém no poder graças principalmente ao discurso em defesa dos pobres e dos oprimidos. Até porque o próprio Lula, em suas andanças pelo País na Caravana da Cidadania, antes de ser Presidente da República, visitou, por várias vezes, o Mercado Municipal de Montes Claros e, em todas elas, esteve nas mesmas barracas hoje fiscalizadas. Na época, não escondeu a satisfação ao experimentar o licor de pequi e a cachaça artesanal, que hoje são alvos dos fiscais da Receita Federal de Montes Claros.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte) - Deputado Ruy Muniz, V. Exa., hoje, realmente está abordando um assunto da maior relevância, porque interessa diretamente à camada mais humilde da nossa população de Montes Claros.

Alio-me ao pronunciamento de V. Exa. e apresento a minha solidariedade aos comerciantes e aos feirantes do Mercado Municipal, enaltecido por V. Exa. como um centro das tradições folclóricas de Montes Claros. Fui eu, como Prefeito, que tive a alegria de tê-lo construído, inaugurando-o e entregando-o ao povo desse Município.

Sempre quero tentar me ligar à verdade dos fatos. Parece-me que aquela ação espetacular é do governo estadual, uma ação da Secretaria de Fazenda. Até onde chegou nosso conhecimento, não se trata de uma ação do governo federal. Isso está ocorrendo para a nossa surpresa e para a dos feirantes.

Se não era para ser uma cena espetacular, se não era para apreender mercadorias, poderiam ter dado um aviso, ter comunicado que, a partir do dia tal, não se poderia comercializar um certo tipo de aguardente.

Não estamos aqui, nem V. Exa. nem eu, para fazer apologia da ingestão de bebida alcoólica, mas, sim, para defender o direito do comerciante que, há décadas, vem comercializando a sua cachaça artesanal e nunca foi molestado pela Receita Estadual. Temos de protestar contra isso e ir ao governo federal, se for o caso, mas também, com coragem, ir ao Sr. Secretário de Fazenda de Minas Gerais protestar, em nome do povo de Montes Claros, dos feirantes do Mercado ante essa flagrante injustiça cometida pela Receita. Agradeço a V. Exa. e parabeno-o pelo teor profundo do seu pronunciamento.

O Deputado Ruy Muniz - Obrigado, Deputado Luiz Tadeu Leite. Reafirmo para V. Exa. que os Fiscais que lá compareceram eram da Receita Federal, procurando arrecadar o IPI. A polícia era militar, mas os Fiscais eram, sim, da Receita Federal.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Cumprimento-o também pelo pronunciamento.

À primeira vista, pode parecer que os Deputados estão usando a tribuna para fazer a defesa de bebida alcoólica. Na verdade, o que aconteceu no Mercado Municipal de Montes Claros foi um absurdo praticado pela Receita Federal. A própria Polícia Federal tem muitas coisas para fiscalizar. Estamos vendo aí os escândalos se avolumando cada vez mais e se espalhando pelo País inteiro. Procurar o comerciante do Mercado

Municipal de Montes Claros parece brincadeira. Ele vende a sua cachaça há anos.

Trata-se de um mercado, como V. Exa. diz, Deputado Ruy Muniz, que atrai, na época das eleições, todos os políticos. Todo mundo que desce em Montes Claros vai ao Mercado, cercado por um aparato de jornalistas, de câmeras, com transmissão nos horários políticos. Depois que passam as eleições, todos se esquecem do Mercado. A verdade é essa.

Acho que foi uma infelicidade muito grande da Receita Federal procurar o selinho do IPI. Todo mundo sabe que 90% da cachaça de alambique, artesanal, de Minas tem uma marca clandestina, pois é vendida clandestinamente. Se forem legalizá-la para vender, torna-se inviável, pois ninguém consegue sobreviver com a sua venda. Deviam fazer uma política para incentivar a cachaça boa, a de alambique, e não a cachaça industrial, as "caninhas 51" da vida, produzidas em São Paulo. Então deveria haver um incentivo, e não empreender uma ação dessa natureza.

Queremos, assim, associar o nosso repúdio ao de V. Exa. Tenho certeza de que falo em nome de Ana Maria Resende, de Gil Pereira e de Arlen Santiago, pela infelicidade dos acontecimentos em Montes Claros.

Acredito que deveríamos elaborar um documento, solicitando um apoio do governo federal à cachaça artesanal, de alambique, em lugar de ações dessa natureza contra o coitado que, muitas vezes, vende o almoço para comprar a janta, que não tem dinheiro nem para sobreviver, mas que tem a sua cachacinha, que é o símbolo de Montes Claros, do Norte de Minas.

Não podemos aceitar uma ação dessa natureza, com aparato policial. Havia pessoa até com metralhadora nas mãos, como se houvesse criminosos no Mercado de Montes Claros.

Então, fica aqui o meu repúdio, o dos Deputados norte-mineiros de Montes Claros, somado ao de V. Exa., a essa ação infeliz da Receita Federal contra os comerciantes de Montes Claros. Muito obrigado.

O Deputado Ruy Muniz* - Muito obrigado pelo aparte, nobre Deputado Carlos Pimenta.

Certo, colegas Deputados, é que, abandonados pela Prefeitura de Montes Claros, que nem sequer dá uma manutenção adequada às dependências do Mercado, e acuados pela garganta profunda da Receita Federal, os comerciantes do Mercado Central estão assustados e não conseguem trabalhar em paz. Alguns estão até com receio de abrir suas barracas.

Por isso é que, como um dos representantes desses comerciantes e de milhares de montes-clarenses e norte-mineiros, que freqüentam e se orgulham do Mercado Municipal, conclamo meus colegas desta Casa, principalmente os integrantes da bancada do Norte, a se posicionarem em favor dos pequenos comerciantes do Mercado. Se não nos posicionarmos, logo estarão pedindo nota fiscal para venda do pequi ou do umbu, já que, ao que parece, o que importa é aumentar a arrecadação a todo custo.

Já coloquei minha assessoria jurídica à disposição dos comerciantes do mercado de Montes Claros, mas isso não é suficiente. Proponho que nos unamos para sair em defesa dessa gente trabalhadora. Seria importante discutirmos, com os comerciantes e com a própria Receita Federal, contando com a participação da Receita Estadual, uma forma de adequar a situação para que eles obedeçam às mínimas normas legais e não mais sejam surpreendidos pelos fiscais e pela polícia, tendo que amargar prejuízos, como aconteceu no final da semana passada. Já que a Prefeitura de Montes Claros não cumpre o seu papel, qual seja instruí-los e defendê-los, devemos ocupar essa lacuna. Afinal, os comerciantes do Mercado Municipal de Montes Claros buscam apenas o direito de trabalhar com dignidade e em paz.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade de fazer uso desta tribuna.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Srs. Deputados, Deputada Lúcia, telespectadores da TV Assembléia, público presente nesta reunião da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, retorno a esta tribuna para falar de um tema do qual tratei não apenas neste Plenário mas também na Comissão de Meio Ambiente, no dia 12/12/2006.

Naquele momento, houve mais uma manifestação nossa em relação à Lagoa da Pampulha. Hoje, um dos jornais de Belo Horizonte, o "Estado de Minas", traz uma foto impressionante da situação em que se encontra essa Lagoa. Tivemos, em dezembro do ano passado, a oportunidade de filmá-la e apresentar a filmagem à Comissão de Meio Ambiente. A Lagoa estava - e está novamente - em situação deplorável.

Temos acompanhado, pela imprensa, manifestações dos moradores da região da Pampulha. O impressionante é que já há contrato, realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte em 2001, com vistas à recuperação da Lagoa.

Imaginem: o resultado da concorrência saiu em 2000, mas só em 2001, efetivamente, teve início o contrato de recuperação da Lagoa da Pampulha com o objetivo de desassoreá-la, conforme detalhamento constante no termo de referência.

A Prefeitura de Belo Horizonte, como sempre, fez uma grande propaganda, dizendo que a Lagoa seria dragada, com Dragagem de Longa Distância - DLD -, e seria dragada uma extensão de 350.000m². O trabalho seria iniciado em junho, quando começariam a ser removidos da represa 4.000.000m³ de resíduos.

A Prefeitura de Belo Horizonte anunciou que seria retirado o equivalente a quatro vezes e meia o volume do Estádio Mineirão, ao custo aproximado de R\$75.000.000,00. O Propam, programa da Prefeitura de Belo Horizonte, estaria concluído em 2004. Estamos em 2007, e, desde 2001, a Prefeitura de Belo Horizonte já fez 33 termos aditivos a esse contrato com a empresa Andrade Gutierrez.

Tenho em mão o último termo aditivo. De acordo com decisão do Tribunal de Contas de Minas Gerais, o contrato é irregular, mas, apesar disso, a Prefeitura de Belo Horizonte já fez 33 termos aditivos a ele. O último termo aditivo ao contrato, no valor de R\$857.000,00, teve como objetivo o pagamento de juros e correção monetária decorrentes do contrato, para resolver o problema da Lagoa da Pampulha.

É interessante observar também o valor do 32º termo aditivo ao contrato da Pampulha. O seu objeto era compor mútuos direitos e obrigações, mediante reconhecimento de crédito em favor da empresa contratada. O valor é de R\$1.906.780,94.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, ao longo desse tempo, houve vários reajustes ao contrato de R\$75.000.000,00. O primeiro reajuste ocorreu em 4/6/2002. Com o Termo Aditivo nº 3, a Prefeitura de Belo Horizonte resolveu crescer ao valor contratual R\$6.000.000,00, com o objetivo de desassorear a Lagoa da Pampulha.

No exame que fizemos dos 33 termos aditivos, cujo objetivo é resolver o problema da Lagoa da Pampulha, encontramos mais um reajuste ocorrido em 1º/12/2006, perfazendo-se, assim, o montante de R\$12.996.699,59 de reajustes ao referido contrato. Então, aquele primeiro contrato, considerado irregular pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, reajustado, primeiro, em R\$6.000.000,00, é novamente reajustado, agora, em R\$12.000.000,00.

Mas não é só isso. Temos mais reajustes. O outro aconteceria em 1º/11/2007. A Prefeitura de Belo Horizonte resolve reajustar o contrato para o desassoreamento da Lagoa da Pampulha no montante de R\$4.201.848,88. Então, não são mais aqueles R\$75.000.000,00 iniciais. Foram mais R\$6.000.000,00, mais R\$12.000.000,00, e agora mais R\$4.000.000,00 para a empresa realizar o desassoreamento da Lagoa.

Há um conjunto de 33 termos aditivos nesse contrato. E aquela fantástica Dragagem de Longa Distância - DLD -, que não aconteceu? O contrato irregular iniciado em 2001 - e nós já estamos no final de 2007 - previa o desassoreamento por meio dessa técnica. Durante esse período, fizemos denúncia na Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa no dia 12/12/2006. O que fez a empresa? O que fez a Prefeitura de Belo Horizonte? Levou a lama da Lagoa da Pampulha para a região cárstica da APA de Lagoa Santa, área de preservação ambiental. Aproveitaram uma mineração abandonada para colocar a lama da Lagoa da Pampulha no terreno, gerando risco de contaminação do lençol freático, interferindo efetivamente num cenário de total preservação ambiental.

Isso não poderia ter sido feito de forma alguma, pois a empresa comprou o direito de colocar a lama naquele terreno. Onde essa empresa e a Prefeitura de Belo Horizonte irão parar com esse contrato e esses termos aditivos? Isso é algo impressionante! Qual é o custo para a população de Belo Horizonte? Olhem o preço que ela está pagando por conta desse contrato e desses termos aditivos!

Estamos acompanhando o trabalho da Prefeitura para saber o quanto pagaremos de IPTU, pois é o povo de Belo Horizonte que está pagando essa conta altíssima. Estamos acompanhando toda a situação, temos muitos papéis, que estou guardando. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais diz que o contrato é irregular. Temos em mão várias decisões tomadas em relação a essa obra. Primeiramente, a denúncia quanto ao certame. Sabíamos quem venceria a licitação. Depois, as decisões da própria Justiça, determinando a paralisação da obra. Mas nada parou a Prefeitura de Belo Horizonte e nada deteve a empresa. Eles continuam dizendo que estão desassoreando a Lagoa da Pampulha.

O que estamos vendo na Lagoa da Pampulha é lixo, lixo por toda parte, e água esverdeada. A Lagoa está morrendo, e o povo de Belo Horizonte está pagando uma conta que passa de R\$100.000.000,00, de um contrato irregular. Não vemos manifestação nenhuma, apesar de o Ministério Público ter-se manifestado por meio de uma ação civil pública.

A Prefeitura de Belo Horizonte continua dizendo que está desassoreando a Lagoa e resolvendo os problemas ocorrentes nela, mas não está. O contrato não foi cumprido, e não houve dragagem na Lagoa. O povo da região da Pampulha não agüenta mais os pernilongos, os mosquitos e tudo aquilo que ela vem produzindo.

No meu tempo de criança, meus pais levavam a mim e a meus irmãos para fazermos piquenique na orla da Lagoa da Pampulha. Recentemente, fui correr em volta dessa Lagoa, mas é quase impossível respirar por causa do mau cheiro do lixo, dos mosquitos, dos pernilongos e das moscas. O povo de Belo Horizonte está pagando uma conta altíssima para sofrer tudo isso.

É impressionante o que estamos vendo. A foto do jornal "Estado de Minas", de hoje, por si só, impressiona. Agora, a empresa está cercado a Lagoa da Pampulha para tentar deter o lixo e o assoreamento. Mas e a dragagem? Esse lixo não seria retirado da Lagoa até 2004? Três anos se passaram da promessa do fim do contrato de recuperação total da Lagoa da Pampulha, nós já pagamos a conta de mais de R\$100.000.000,00, e a situação da Lagoa continua a mesma.

A cada final de ano em Belo Horizonte, vemos a Prefeitura fazer a conta para aumentar o valor do IPTU, e o dinheiro da população desta cidade continua tão mal gasto. Desde 2001, estamos pagando uma conta para o problema não ser resolvido. Até quando um dos nossos maiores cartões-postais continuará tendo esse tratamento? A Serra do Curral também é muito importante para nós, belo-horizontinos, mineiros e brasileiros.

Estamos vendo a morte de um patrimônio construído pelo maior Prefeito da história de Belo Horizonte, que foi Juscelino Kubitschek, por tudo aquilo que fez e representa. A obra de Juscelino Kubitschek está agora sendo desfeita, Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana. Ao ver V. Exa., lembro-me de sua luta pela Lagoa da Pampulha, ao lado do ambientalista Décio Chami, morador da região e lutador para que a Lagoa fosse realmente recuperada. Agora estamos vendo a nossa Lagoa morrer e pagando a conta para vê-la morrer. Muito obrigado.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Sr. Secretário, Deputado Tiago Ulisses, que com a sua juventude, tem dado uma contribuição maravilhosa a este Parlamento; colegas Deputados e Deputadas; profissionais da imprensa; servidores da Casa; telespectadores da TV Assembléia, Sr. Presidente, há dias venho protelando abordar um assunto, mas hoje o faço com a intenção de propor uma reflexão a respeito de algumas leis, que deixam a grande pergunta: a quem essa lei está servindo ou atendendo? Serei claro: nosso Código de Trânsito exige, para a renovação da carteira de motorista, que se faça aquele minicurso novamente. Pessoas habilitadas há mais de 10 anos, principalmente no tempo que antecede a lei, precisam voltar para o Centro de Formação de Condutores - CFC -, onde, pressupõe-se, receberão algum tipo de ensino que contribuirá para a diminuição dos acidentes de trânsito.

Ora, se a proposta é essa, a interrogação está aí. Estamos vendo, assustados e impotentes, o número de mortes crescendo no trânsito dia após dia. O acidente com o avião da TAM, em São Paulo, alarmou o Brasil e assombrou o mundo, mas estamos perdendo, por mês e por ano, vários aviões no trânsito, seja urbano, seja rodoviário. Recentemente, no Sul do País, um acidente foi seguido de outro, e várias vidas foram perdidas, inclusive de profissionais da imprensa e do Corpo de Bombeiros que trabalhavam no local do primeiro acidente.

Quando andamos pelas estradas, ficamos assombrados ao ver os restos de carros que ali se encontram. Nesse final de semana, eu estava indo para um compromisso numa igreja no Bairro Guarani e, como moro na Região Sul, preferi passar pelo anel rodoviário a fim de chegar mais rapidamente, porém, pouco antes do trevo do Bairro Betânia, um Vectra capotou na descida. O tempo estava bom e a pista não tinha óleo, mas o carro capotou. Não sei se houve vítimas fatais, mas o carro não prestava para mais nada.

Quando vemos o número de acidentes e mortes crescendo - e parece que um jornal noticiou que há seis mortes por dia em Minas Gerais -, perguntamos: a quem está servindo esse curso de formação de condutores? Não tenho dúvida de que serve apenas às auto-escolas. Primeiro, porque o objetivo não está sendo alcançado; segundo, porque o preço desse curso é exorbitante. A população está sendo penalizada, e o curso não está dando o resultado esperado. Até porque o curso é muito fraco. Recentemente, minha esposa fez o curso, e, no ano que vem, se não for eliminado da exigência para a renovação da carteira de motorista, estarei lá, assim como muitos de meus colegas.

Ela me disse, então, o que acontecia: um menino dando uma aula, desesperado para terminá-la porque tinha outros compromissos, fazendo a coisa mal e porcamente - para usar um termo bem pejorativo -, e, o que é pior, um profissional, vendedor de literatura - ligada ao assunto, é claro, mas que nada tem a ver com o curso de formação - tendo espaço dentro da auto-escola para falar do seu produto e, ao final, de certa forma até coagir os alunos a comprar o seu material - que, repito, não tem absolutamente nada a ver com o curso em si. Não vou-me ater a essa questão porque penso que aí está havendo uma violação, e cabe aos órgãos competentes a fiscalização.

O que quero propor para reflexão é isso: a quem está servindo esse curso? Ao mesmo tempo que faço essa interrogação, Sr. Presidente, também trago a resposta: ele só está servindo às auto-escolas, a mais ninguém. Se a proposta é, de alguma maneira, educar para o trânsito, não está conseguindo; se a proposta é, de alguma maneira, diminuir o número de acidentes, mortes ou de politraumatizados no trânsito, não está conseguindo. Então, se já temos a confirmação de que não está funcionando, por que insistir em sacrificar a nossa já tão penalizada população com mais uma despesa para a renovação da sua carteira de motorista? Alguém pode dizer que isso é de cinco em cinco anos, mas isso não importa. Se os números mostrassem que, com essa iniciativa, os acidentes, as mortes e o número de politraumatizados diminuíram, teríamos de aplaudi-la, mesmo. Mas não é isso o que está ocorrendo.

Por outro lado, temos uma legislação frouxa. Quando Vereador em Belo Horizonte, Deputado Eros Biondini, encaminhei um projeto de lei em que se proibia o consumo de bebida alcoólica nos postos de gasolina no âmbito deste Município. Veja bem que o meu projeto não proibia a venda, mas o consumo. Esse projeto foi votado no 1º e 2º turnos, foi vetado pelo Prefeito desta Capital e retornou à Câmara Municipal, onde fizemos algo difícil de se fazer em qualquer Parlamento - não só o municipal, como também o estadual ou o federal -, que é a derrubada de um veto. Derrubamos o veto, mas o projeto não foi implementado. Mas sabe por que encaminhei esse projeto, Deputado Eros Biondini? Porque, assim como V. Exa., também me preocupo com a juventude, e, freqüentando os postos de abastecimento, principalmente aos sábados pela manhã, percebi que se tornou comum vermos jovens terminando a sua noite em um posto de gasolina, bebendo tudo que têm e que não têm direito, para, depois, sair ao volante dos seus carros. Ora, meu Deus, que incoerência! Essa é uma combinação maldita.

O Deputado Doutor Viana é médico e sabe perfeitamente do que estamos falando, mas nem é preciso evocar aqui o testemunho de um médico: qualquer pai de família de bom-senso, qualquer pessoa de responsabilidade sabe que isso é uma loucura; no entanto, não vemos nenhuma ação enérgica para coibir essa prática. Cheguei a dizer certa vez que agora só falta liberar a venda, nos postos de abastecimento, de fogos de artifício. Já que não se vê problema nem incoerência em vender-se a bebida alcoólica nesses estabelecimentos, eles poderiam vender também fogos de artifício, o que acredito ser até menos perigoso.

Mas não conseguimos implementar esse projeto de lei, Deputado Fahim Sawan, também um lutador pelas causas da juventude, principalmente no que se refere às drogas - e sabemos que o álcool é a droga social de mais fácil acesso e a mais barata que temos e que, infelizmente, abre as portas para outros tipos de dependências, na maioria dos casos.

Mas estou dizendo tudo isso porque agora me alegro, ao ver, Deputado Dalmo Ribeiro, o governo federal com a iniciativa de proibir a venda de bebida alcoólica - a venda, não o consumo - em postos que estejam a menos de 50m das rodovias. Isso não vai resolver o problema, mas ao menos já é um sinal de boa-vontade, um sinal de que começamos a tratar o assunto de forma mais séria. Convenhamos que proibir que um posto de gasolina venda bebida alcóolica a menos de 50m de uma rodovia não quer dizer absolutamente nada. O que não é possível é vermos, como vemos muitas vezes, uma pessoa ao volante dirigir com uma latinha de cerveja na mão. Acho que somos muito condescendentes com esse tipo de prática e que precisamos tomar uma iniciativa.

Lá, no curso de formação de condutores, não há preocupação em relação à bebida. Acredito que, se ele se propõe a diminuir o número de mortes por acidente e de politraumatizados no trânsito, deveria haver uma excelente aula de educação quanto aos perigos da bebida no trânsito, cuja combinação é maldita e tem não só ceifado a vida daqueles que fazem uso da bebida, mas também daqueles que são vitimados inocentemente por causa do seu uso.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Obrigado, Deputado Vanderlei Miranda. Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Sem dúvida, esse assunto merece uma reflexão desta Casa. V. Exa. traz essa questão em boa hora. Se buscarmos os jornais de poucos dias, vamos nos deparar apenas com estas notícias: vidas e famílias ceifadas por motociclistas e por motoristas imprudentes, alcoolizados, embriagados, trazendo consigo a própria bebida, a maior autora da desgraça. Ela causa tragédias, deixando filhos sem pais, ceifando tantas e tantas vidas.

V. Exa. adentra um assunto muito importante. Faz-se necessário ter um debate sobre a lei de trânsito. Sei que fazer as alterações nessa lei não nos pertence, mas temos muito a contribuir, a sugerir. Para tanto, precisamos que a aplicabilidade da lei penal seja mais rigorosa. Hoje há o crime doloso e o culposo. Vamos taxar aqueles que estão portando bebidas ou com sintomas de embriaguez no crime doloso, porque tiveram a intenção de matar.

Há poucos dias, acompanhamos a situação de um Promotor de Justiça do Estado de São Paulo. Recentemente, em Brasília, foram três mortes em uma mesma família, por causa de motocicleta, e tantas e tantas outras vidas foram ceifadas pela imprudência. Particularmente, em muitos casos, o condutor de veículo consome grande quantidade de álcool.

Considero muito importante a sua demanda. Quero propor a V. Exa., Presidente da Comissão de Turismo, que, junto à minha, a Comissão de Constituição e Justiça, iniciemos um debate público. Vamos demonstrar à Câmara Federal e ao Senado, àqueles que fazem efetivamente a lei vigorar neste país, o nosso sentimento maior como parlamentar. Sabemos que as vidas estão sendo ceifadas muitas vezes pela imprudência, pela correria, pela negligência e pela omissão, como V. Exa. tem dito, mas tenho a certeza de que isso ocorre pelo uso de bebidas e drogas.

Para mudarmos isso, não basta a aplicabilidade da lei, temos de fazer um tripé: o condutor, a aplicabilidade da lei e principalmente a mudança da legislação de trânsito. De qualquer forma, louvo a iniciativa de V. Exa. Essa situação me tem preocupado muito. Na semana passada, na minha região, perdi também amigos. O veículo que colidiu com o do meu amigo era dirigido por um bêbado. Faz-se o exame do bafômetro, e não dá para mensurar se o crime foi culposo ou doloso. Presta-se depoimento de auto de flagrante na polícia, e ali mesmo dizem: "Ele não teve a intenção de matar". Paga-se a fiança, e a tragédia para a família continua.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Esse assunto merece uma reflexão profunda pelo sentimento que todos nós, parlamentares, como V. Exa., temos carregado nesse sentido.

O Deputado Vanderlei Miranda - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Para encerrar, Sr. Presidente, quero agradecer essa oportunidade. A proposta apresentada pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva é muito importante: unirmos as Comissões para ampliarmos essa discussão. Creio que estamos muito passivos diante de uma tragédia que está ocorrendo bem a nosso lado e, em alguns casos, infelizmente, dentro de nossa própria casa. Obrigado.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Deputadas e Deputados, telespectadores que acompanham a TV Assembléia, nos dias 18 e 19 de outubro esta Casa realizou um concorrido e prestigiado ciclo de debates sobre alimentação escolar no Estado, a requerimento deste Deputado e do Deputado João Leite, no intuito de avaliarmos a implantação, implementação e operacionalização da política de alimentação escolar em nosso Estado. Essa é uma política pública das mais importantes e mais antigas do Brasil; remonta à década de 50, portanto tem mais de 50 anos de existência. Para se ter a idéia da sua abrangência, hoje são mais de 37 milhões de crianças, adolescentes e jovens atendidos nas escolas do País com cobertura da alimentação escolar.

Em Minas Gerais esse número chega a 1.700.000 crianças e adolescentes. Então, essa política é absolutamente fundamental para a garantia do direito desses jovens e crianças a uma refeição, a uma alimentação digna, pelo menos compatível com o período em que estão na jornada escolar.

Desde a organização, esse ciclo de debates contou com o apoio de dezenas de entidades da sociedade civil, como o Consea-MG, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, presidido por D. Mauro Morelli, o qual tenho a honra de integrar como representante da Assembléia, e também o Conselho de Alimentação Escolar - CAE -, presidido por Éldo Bonomo, o Prof. Elinho, também um dos incentivadores da organização desse ciclo de debates.

Foram dois dias de muitas informações, reflexões, novas ações previstas, sugestões, críticas, elogios, com a participação expressiva de Conselheiros da segurança alimentar, de agricultores familiares, de representantes dos trabalhadores da educação, dos estudantes, dos Diretores, dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, dos CAEs do Estado. Foi elaborado um documento preliminar contendo 77 propostas. Essas são de fato as principais resoluções, que devem ter o tratamento mais adequado desta Casa. Então, venho a esta tribuna, ainda que de maneira breve, fazer uma síntese desse ciclo de debates, como prestação de contas do trabalho realizado.

Primeiro item: fica muito clara a necessidade da complementação de recursos para alimentação escolar por parte do governo do Estado e também uma contrapartida, ainda que compatível com a sua capacidade financeira, dos Municípios. Depois de 10 anos de congelamento do valor "per capita" referente à merenda escolar, o governo Lula praticamente dobrou o valor repassado durante os oito anos do governo Fernando Henrique, que era de R\$0,13. Temos um valor "per capita" de R\$0,22, sendo que, para comunidades indígenas e quilombolas, esse valor é R\$0,44. É um valor muito pequeno se visto isoladamente, mas, nesse universo de 37 milhões de atendidos por dia, evidentemente o dispêndio é muito alto.

Mas esse dispêndio pode ser ampliado, até qualitativamente, se também Estados e Municípios complementarem o aporte de recursos. E é nessa linha que há uma proposta muito adequada, talvez a mais levantada nesse ciclo de debates: estimular os Municípios a apresentarem projetos para uma linha de captação de recursos a fundo perdido, disponibilizado tanto pela Conab quanto pelo Ministério de Desenvolvimento Social e direcionado à aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar - o programa de compra local direta, conhecido por Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA.

O Município e a sociedade civil podem organizar pequenos produtores rurais em grupos. Cada agricultor familiar receberá um valor de até R\$3.500,00 por ano para comercializar sua produção agrofamiliar para a Prefeitura ou para uma associação. E esse recurso disponibilizado, que beneficia o agricultor familiar, vai gerar uma aquisição de alimentos que podem ser direcionados para a merenda escolar, as creches, os asilos, entidades beneficentes de assistência alimentar e social. Essa é uma proposta viável: o Município, por meio da organização dos agricultores familiares, acessa recursos do governo federal com essa finalidade.

Outra questão foi levantada e me parece uma exigência de curto prazo, em meu ver perfeitamente compatível com as possibilidades de Minas Gerais: a contratação de pelo menos, Deputada Elisa Costa, uma nutricionista para cada Superintendência Regional de Educação, que são em número de 46 no Estado. Minas tem 853 Municípios e mais de 4 mil escolas estaduais - imaginem esse número somado ao das escolas municipais -, e muitas vezes a elaboração dos cardápios, a conservação e a aquisição de alimentos nutricionalmente adequados não são realizadas porque falta aos Municípios ou às caixas escolares a devida orientação.

O ideal mesmo seria uma nutricionista por escola - quem sabe um dia chegaremos lá -, mas pelo menos poderíamos ter uma nutricionista para fazer o trabalho de monitoramento em cada uma das 46 Superintendências de Educação no Estado de Minas Gerais. Com essas nutricionistas e os cargos técnicos de nutrição, poderiam também elaborar programas de capacitação dos profissionais que atuam na alimentação escolar: as merendeiras, cantineiras e auxiliares, que possuem também um papel muito relevante na constituição da alimentação escolar de qualidade.

É importante aperfeiçoar a estrutura de fiscalização do Conselho Estadual de Alimentação Escolar, dos colegiados escolares, das caixas escolares, pois essa área de aquisição de alimentação escolar é muito disputada pelo mercado de alimentação, onde existem muitas pessoas boas, mas também algumas menos comprometidas, assim como acontece em várias outras áreas, como a da indústria, a dos profissionais liberais. Vejam agora este escândalo descoberto pela Polícia Federal do governo Lula: produtores de leite misturando no produto água oxigenada e soda cáustica. É um absurdo.

No Brasil, existem empresários que se especializaram em ter lucros abusivos com a alimentação escolar, oferecendo alimentos de péssima qualidade nutricional, mas de alta rentabilidade. Muitas vezes iludem os próprios coordenadores responsáveis por essa aquisição, daí a importância desse apoio técnico da nutrição.

Outra coisa importante, e que é objeto de projeto de lei em tramitação na Assembléia, é que, além de fornecer alimentação escolar, a escola pode transformar-se no espaço da construção de novos hábitos alimentares, a chamada educação alimentar, para o aluno e sua família. Isso pode ser feito reaproveitando-se alimentos, valorizando-se o hábito alimentar regional, evitando-se consumir alimentos que hoje fazem com que a obesidade no Brasil seja um problema tão grave quanto a desnutrição. É muito importante também que haja regulamentação, restrição das cantinas privadas nos espaços escolares.

O poder público tem o dever de prover os recursos necessários para o funcionamento das escolas. Não podemos garantir recurso para escolas quando há hábitos alimentares inadequados para nossas crianças e nossa juventude, que depois poderão ser usuários do SUS com doenças graves do coração, relacionadas à obesidade, à hipertensão, ao colesterol alto e a tantas outras causadas pela má alimentação. O poder público, o estadista e o governante têm de ter uma visão de médio e longo prazos. Receber algumas migalhas com a cantina particular compromete a saúde das nossas crianças durante anos. Então é importante que a Assembléia se debruce sobre esse projeto de lei.

Por falar em projeto de lei, o governo federal esteve aqui presente, representado pela Coordenadora-Geral do PNAE, Albaneide Peixinho. Ela relatou que o governo federal está encaminhando um projeto de lei para a Câmara dos Deputados, em que se regulamentam várias dessas questões aqui mencionadas. Uma delas me parece muito importante e é aquela que trata da obrigatoriedade de que no mínimo 30% dos gêneros para alimentação escolar sejam adquiridos diretamente da agricultura familiar. Dessa forma, contribui para que um programa nacional de alimentação escolar esteja inserido no conjunto da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, fazendo com que a renda seja maior e mais bem distribuída no campo. Os produtos da agricultura familiar, com certeza, vão gerar uma qualidade nutricional muito mais adequada à alimentação escolar e uma economia de compra.

A economia e a eficiência na compra da alimentação escolar geram multiplicação dos recursos, ocasionando melhor aproveitamento deles. E hoje queremos a alimentação escolar para o ensino infantil e para o ensino médio. Felizmente, a emenda aprovada pela Comissão de Participação desta Casa, na última revisão do PPAG, a qual apresenta a oportunidade da merenda escolar para o ensino médio, está agora sendo cumprida pelo Estado de Minas Gerais, uma conquista dessa Comissão.

Queremos expandir a alimentação escolar para o ensino médio, para os jovens e adultos que estudam no último turno, ou seja, no curso noturno. Para que haja essa expansão da alimentação escolar, é preciso também haver maior eficiência na gestão da alimentação escolar.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria de dizer que, entre as várias experiências, foi muito criticada a da terceirização da chamada merenda escolar. Ainda que alguns Municípios a façam de maneira bem intencionada, trata-se de uma terceirização que eleva muito o custo da alimentação escolar, que reduz o potencial de transformação da escola num espaço de promoção da educação alimentar e impede a constituição, no interior da própria estrutura pública, de pessoal técnico estável, concursado, capacitado para promover uma política permanente de alimentação

escolar.

Terminando, agradeço a toda a equipe da Assembléia e dos mandatos, meu e do Deputado João Leite, e das entidades de apoio que organizaram esse ciclo de debate. Agora, na discussão do Orçamento e do Plano Plurianual, buscamos - e buscaremos - transformar essas 77 propostas em realidade. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Cumprimento o Deputado Doutor Viana, Presidente em exercício, os parlamentares da Mesa e os demais Deputados, como o querido Paulo Guedes, todos os que nos acompanham pela TV Assembléia e a imprensa. Hoje tratarei de dois assuntos, que considero importantes, objeto até mesmo de encontro ocorrido nesta Casa, no Salão Nobre.

Deputado Doutor Viana, primeiramente refiro-me ao encontro que tivemos, na quinta-feira passada, durante o Fórum das Universidades Públicas do Estado. Agradeço a presença, nesse evento, de todos os Deputados, assim como a Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho. Da mesma forma, agradeço os representantes da Mesa e o Vice-Presidente, Deputado Doutor Viana, que também se fez presente, e as lideranças partidárias. Esse foi o primeiro encontro das Reitorias, das lideranças de professores de todas as 14 instituições públicas de Minas Gerais. Hoje, existe um fórum de dirigentes, coordenado pelo Reitor da Universidade de Viçosa, Prof. Carlos. Nesse encontro, em que estava um conjunto de Reitores e lideranças representando as diversas universidades públicas, houve um relato das ações feitas pelas universidades em Minas Gerais. Essas instituições estão presentes no Estado em 52 câmpus universitários e congregam 10.500 docentes, dos quais quase 3 mil possuem mestrado e mais de 4 mil, doutorado. Na área técnica administrativa, atuam mais de 16 mil servidores.

São 458 cursos de graduação, sendo 287 diurnos e 256 noturnos. Há 316 cursos de especialização presenciais, 73 à distância, vários programas de mestrados - 167 - e 101 de doutorados. São 105 mil alunos da graduação, com quase 10 mil da especialização, na modalidade presencial. Há também mais de 14 mil alunos na modalidade à distância, além de mais de 8 mil de mestrado, 4 mil de doutorado e mais de 16 mil alunos na educação básica e tecnológica. Há ainda os hospitais de ensino, que efetuam mais de 1.500.000 procedimentos, mantendo mais de 1.500 leitos hospitalares. Esse foi o relato apresentado pelo fórum de Reitores.

Nesse encontro com a Mesa da Assembléia Legislativa, em que estavam 11 Deputados, foi apresentado um conjunto de reivindicações pertinentes e muito importantes para Minas Gerais. O governo federal instituiu o programa Reune, de reestruturação e expansão das universidades federais do Brasil.

Deputado Doutor Viana, há uma previsão de que, nos próximos cinco anos, haverá um acréscimo de 20% a 35% no número de alunos na graduação nas universidades públicas federais, e também em Minas Gerais.

Essa expansão do ensino superior significa abrir novas vagas para todo o Estado e possibilitar a expansão de novos câmpus universitários e, especialmente, abrir vagas para cursos noturnos, possibilitando à juventude trabalhadora cursar o ensino superior gratuito.

Trata-se de uma revolução que acontecerá na educação no Brasil, e que também ocorrerá em Minas Gerais. Diante desse programa tão importante, o Reune, onde as universidades receberão também recursos do governo federal para ampliar os cursos noturnos, o fórum de dirigentes fez uma solicitação importante. Queremos a adesão de todos e trabalharemos para que a Assembléia Legislativa, o Governador Aécio Neves, as Secretarias de Ciência e Tecnologia, de Educação, de Fazenda e do Planejamento possam também contribuir para a expansão dos cursos noturnos, seja nas universidades federais, seja nas duas universidades estaduais de Minas Gerais, a Uemg e a Unimontes.

Qual é a proposta dos Reitores? Para a expansão dos cursos de nível superior, noturno, e mesmo dos câmpus nas diversas regiões de Minas, o fórum de Reitores propôs uma redução do custo do ICMS da energia elétrica paga pelas universidades.

Hoje as universidades federais pagam à Cemig 18% de ICMS sobre a energia elétrica.

Seria muito oportuno que o fórum de dirigentes estivesse aqui nesta semana. Apresentaremos uma emenda ao Projeto de Lei nº 1.585, do Governador. Trata-se de um pacote de medidas tributárias que atinge algumas alíquotas e define métodos de fiscalização do ICMS e algumas taxas estaduais. Devemos efetivamente incorporar a Assembléia Legislativa nessa proposta das universidades públicas de Minas Gerais. A emenda que estamos apresentando - e trabalharemos pela adesão das Comissões da Assembléia e do governo de Minas - propõe a redução do ICMS da energia elétrica de 18% para 6% para as universidades públicas. Essa proposta foi apresentada pelo fórum de Reitores, que também propuseram: redução nos custos da telefonia, apoio à informatização dos novos câmpus e das novas extensões universitárias, aos Municípios que desejam instalar pólos de educação à distância, à manutenção da emenda da bancada federal mineira a favor das universidades públicas de Minas Gerais, à implementação de parques tecnológicos, vinculados às universidades públicas e permanente apoio do governo de Minas aos recursos destinados à Fapemig, com vistas a garantir a pesquisa nas universidades.

Essas propostas apresentadas pelas universidades públicas requerem estudo aprofundado da Assembléia e do governo de Minas, especialmente das Secretarias de Ciência e Tecnologia e de Educação, quando certamente se poderá com a sensibilidade da Secretária Vanessa, que tem promovido interlocução com as universidades para apoiar os cursos à distância. Da mesma forma, requerem estudo das Secretarias de Planejamento e de Fazenda, para atender a reivindicações tão importantes para Minas Gerais, especialmente dando oportunidade à nossa juventude.

Nossas universidades públicas têm contribuído para a promoção do desenvolvimento do Estado, das nossas regiões e para a superação das desigualdades. Por essa razão, também estamos discutindo uma extensão universitária para o Vale do Rio Doce, região que ainda não tem nenhuma universidade pública para atender aos nossos jovens, à pesquisa, ao desenvolvimento regional e superar as desigualdades em Minas Gerais. O Vale do Rio Doce precisa urgentemente ter sua universidade pública, sua universidade federal. Toda a região de Governador Valadares soma-se hoje a essa manifestação junto ao governo Lula, ao Ministério da Educação, por meio dos diversos Prefeitos, das lideranças regionais, das Câmaras Municipais, dos empresários, trabalhando efetivamente para termos a extensão das nossas universidades.

Deputado Paulo Guedes, a proposta feita pelos Reitores vem facilitar, e muito, essa expansão. Se houver redução de energia, haverá possibilidade de abertura de novos cursos diurnos e noturnos, levando-os às regiões onde não existe universidade pública, e de ampliação onde ela já existe, a fim de garantir o espaço das nossas regiões.

Quero agradecer à Assembléia por ter recebido tão bem os nossos Reitores, as nossas universidades.

Esse é um espaço de diálogo que está apenas começando. Novas parcerias e novos diálogos entre a Assembléia e o Estado de Minas Gerais deverão ser feitos. O Estado de Minas, que está recebendo 12 Cefets, em termos de ensino profissionalizante, com certeza poderá dar uma efetiva contribuição às nossas universidades públicas.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Primeiramente, Deputada, gostaria de parabenizá-la por seu pronunciamento tratar de tema tão importante, que é a expansão do ensino superior em Minas Gerais, e de dizer que, da mesma forma como o Vale do Rio Doce ainda não tem

uma faculdade pública, nós também, do Vale do São Francisco até Manga, uma das mais esquecidas regiões do Estado, igualmente não temos uma faculdade pública na região. Essa também é uma reivindicação nossa, e estamos batalhando para levar para Manga, Januária e São Francisco essas escolas técnicas.

Em Januária, existe um Cefet, mas, em São Francisco, Montalvânia, Manga e Jaíba, em toda aquela região que tem sua estrutura de crescimento oriunda do Projeto Jaíba, está faltando mão-de-obra especializada. Dessa forma gostaria de aproveitar esse seu pronunciamento, essa idéia dos Reitores, para também chamar a atenção do governo para as regiões de Manga, Montalvânia, São João das Missões, Bonito de Minas, Cônego Marinho, Chapada Gaúcha, Varzelândia, Lontra, Japonvar, um conjunto de mais de 30 cidades daquela região, que também não conta com ensino superior.

A Deputada Elisa Costa - Obrigada, Deputado Paulo Guedes.

Deputado Doutor Viana, outro tema também importante que gostaria de trazer hoje diz respeito à VII Conferência Estadual da Assistência Social, que está ocorrendo no Sesc Venda Nova. Na abertura dessa Conferência, tivemos a oportunidade de lançar, juntamente com o Deputado André Quintão e os Deputados da frente parlamentar da Câmara dos Deputados que se fizeram presentes, a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social. Um importante passo de reflexão em relação ao atendimento e à proteção social em Minas Gerais, a superação da assistência social.

Historicamente, em muitos Municípios, a assistência social teve o cunho de ser uma atuação clientelista, mas hoje ela é sinônimo de proteção social, um direito da população e um dever do Estado. É a garantia de direitos, para que tenhamos políticas públicas de proteção às populações mais vulnerabilizadas do ponto de vista social, em Minas Gerais.

A nossa Frente, que ainda vai constituir-se, tem algumas tarefas muito importantes. Primeiro, universalizar os Centros de Referência da Assistência Social - Cras -, também denominados Casas da Família, em todos os Municípios mineiros, e implantar os Centros de Referência Especializados de Assistência Social - Creas - pelas regiões do Estado.

O Brasil possui 3.300 Cras e, para o próximo ano, estão previstos, no Orçamento do governo federal, mais 700 Centros de Referência em nível nacional. Em Minas Gerais, existem hoje 343 Cras funcionando no Estado e mais de quatrocentas unidades, porque existem Municípios que possuem mais de uma unidade do Cras. O nosso desafio é trabalhar para universalizar esse atendimento, levando-o a todos os 853 Municípios de Minas.

Outra tarefa da nossa Frente é assegurar o financiamento da política de assistência social por meio do PPAG, que agora vamos debater em audiências públicas e aqui, na Assembléia, no mês de novembro; da mesma forma, a Lei Orçamentária de 2008. Tudo isso para avançarmos no financiamento dessa política pública tão importante para Minas Gerais.

Também a tarefa da Frente Parlamentar de acompanhar, monitorar e avaliar a execução orçamentária mês a mês, passo a passo, para ver seu cumprimento em termos de desenvolvimento da política de assistência social.

Cobrar do Estado uma política de recursos humanos na área de assistência social. O compromisso da Secretaria de Desenvolvimento Social é realizar concurso público para ampliar o quadro de servidores na área do desenvolvimento social em Minas Gerais, para que o atendimento da política seja melhor no Estado. É preciso ampliar o quadro de servidores, especialmente o da Secretaria de Desenvolvimento Social, com realização de concurso público, a fim de garantir que as políticas sejam efetivamente ampliadas no Estado de Minas Gerais; estimular a criação de frentes parlamentares nas Câmaras Municipais; fortalecer o Conselho Estadual e os Conselhos Municipais de Assistência Social, bem como o controle social da política em cada Município. A importância desses Conselhos é acompanhar e contribuir para a deliberação e as diretrizes da política pública de assistência social e fazer seu controle social. Por fim, devemos contribuir para aumentar os recursos destinados à assistência social em Minas Gerais.

A conferência está acontecendo, e novas propostas ainda serão debatidas, para as levarmos à conferência nacional de Brasília em dezembro. Mas registramos que, definitivamente, a assistência social é uma política pública de proteção social. O governo federal do Presidente Lula, sob a liderança e a coordenação do Ministro Patrus Ananias, está consolidando, definitivamente, no Brasil e em Minas Gerais, o Sistema Único da Assistência Social - Suas -, com critérios e procedimentos transparentes, transformando uma política de governos em uma política de Estado, uma política do Estado brasileiro. A exemplo da política de educação e de saúde, temos várias políticas públicas, entre elas a política de assistência social como uma política de Estado, que, independentemente de governos, permanecerá. Permanecerá, porque é fruto da luta da sociedade, das conferências, da organização social e dos movimentos, dos profissionais de serviço social, das nossas universidades e faculdades. Enfim, o Suas é uma conquista definitiva da sociedade, pois se torna uma política do Estado brasileiro. Da mesma forma, estamos trabalhando para que a consolidação do Suas seja uma política definitiva no Estado de Minas Gerais.

Parabenizo a todos os participantes da VII Conferência e a todos os que participaram das conferências municipais da assistência social - usuários, gestores municipais, Câmaras e movimentos sociais -, e que agora, na VII Conferência, transmitem as reivindicações dos Municípios, das lutas sociais e dos movimentos, até chegarem à conferência nacional. Eu os parabenizo e faço uma saudação especial à VII Conferência da Assistência Social. Que, de fato, novas propostas sejam feitas e novas soluções sejam encontradas para consolidar a política de assistência social em Minas Gerais! Obrigada.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero aproveitar para cumprimentar, pela presença hoje, durante longo tempo entre nós, o Secretário de Esportes, nosso querido companheiro Deputado Gustavo Corrêa; e o jornalista Antônio Cristiano Guedes, do jornal "Sinetes de Minas", que prestigia a nossa reunião.

Na próxima quinta-feira, Sr. Presidente, a Comissão de Direitos Humanos, e não a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, estará em Salto da Divisa para discutir a reforma agrária. Não vou comentar a impropriedade dessa visita, porque, naturalmente, se houve algum problema agrário, a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial é que deveria ter sido convocada para ir até lá. Mas estamos aqui para fazer uma reflexão sobre o problema.

A reforma agrária transformou-se em um dos mais sérios obstáculos à melhoria da condição de vida do nosso povo, pela incompetência do governo em realizá-la. E não só do atual governo, mas também dos governos anteriores. As propostas que foram feitas ao longo do tempo não vão resolver o problema da estruturação agrária deste país. É incrível a falta de visão das pessoas em relação ao que deve ser feito para realizar-se de fato a reforma agrária. É claro que nós, que desde a juventude abraçamos a idéia da necessidade de reformular a estrutura agrária do País, de dar aos produtores rurais condições de ficar em suas terras e de explorá-las, temos suporte do governo para conseguir todo o ensinamento, treinamento e preparação quanto às técnicas que devem ser utilizadas para que as famílias rurais possam permanecer na zona rural. Lembro-me muito bem de que, desde estudante, na década de 70, lutávamos pela reforma agrária, que agora virou uma bandeira do MST e de outros movimentos correlatos. Na verdade, está-se fazendo apenas política partidária e sindical, sem buscar a solução do problema, criando-se desnecessariamente um clima de tensão social no País.

No governo federal anterior, comandado pelo Presidente Fernando Henrique, nasceu o Banco da Terra, com o qual tivemos uma experiência pessoal: como Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Mucuri, fizemos seis bons assentamentos rurais em apenas um ano, com toda a estrutura de casas de alvenaria bem colocadas, com luz e água; adquirimos as ferramentas para o trabalho dos agricultores e os mantimentos necessários para a manutenção das famílias até a primeira safra. E as coisas funcionaram muito bem, com, é claro, o comprometimento dos seis Municípios onde implementamos esses assentamentos. Mas o que vemos, ao longo dos últimos 30 anos, Sr. Presidente, é que se fala muito em reforma agrária de forma demagógica, sem buscar a efetiva solução para o problema. Não há solução para nenhum assentamento sem o envolvimento da comunidade e do poder público locais; se a Prefeitura não estiver junto, não há como resolver a questão. Não adianta comprar um pedaço de terra, desapropriar uma fazenda, colocar ali 30 ou 40 famílias e abandoná-las à própria sorte, como tem acontecido na recente história do Brasil. É um desatino que se pratica, uma demagogia das mais baratas.

O próprio Presidente da República, há cerca de dois meses, reconheceu a sua impotência para realizar o seu projeto de assentar 150 mil famílias por ano. E já falamos na Assembléia sobre esse assunto: a solução é, de fato, a municipalização da reforma agrária. Ainda noutro dia, fomos discutir esse assunto com o Diretor do Incra em Minas Gerais, o nosso companheiro ex-Deputado Marcos Helênio, que concorda que esse debate deve ser aberto o mais depressa possível. E concordamos nós, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que devemos promover um grande debate em torno desse assunto - o que foi objeto de requerimento já aprovado na Comissão -, envolvendo Emater, Iesa, IEF, Epamig, a Secretaria de Estado e os órgãos federais atinentes ao setor.

Sr. Presidente, não podemos conceber que o governo de Minas tenha deixado passar, no caixa da Secretaria Especial de Reforma Agrária, R\$4.500.000,00, que sobraram do ano passado. Sobrou dinheiro, e não se fez reforma agrária. Não podemos permitir que isso continue acontecendo.

Não podemos deixar que um programa seja apenas federal, já que diz respeito à vida de pessoas que vivem nos Municípios. Os Prefeitos, os Vereadores e as lideranças locais sabem melhor que o governo federal quem são as pessoas que moram nas periferias, que fugiram ou foram expulsas do campo, pelas razões naturais que conhecemos: a urbanização acelerada que ocorreu no Brasil. Essa urbanização foi feita despreparadamente. As cidades não estavam preparadas para receber esse grande contingente de pessoas que chegam às cidades e ficam nas periferias, sem saber exercer nenhuma outra atividade, sem que o governo estivesse preparado para, desde o ensino fundamental até o ensino médio, treinar essas pessoas para a vida urbana, preparando-as para trabalharem na zona urbana.

Temos um quadro interessante no Brasil, em que as cidades estão cheias de agricultores e as terras estão vazias, sem aproveitamento. Ainda há pouco, estávamos discutindo, na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a situação do Norte de Minas. Meu caro Deputado Paulo Guedes sabe disso. A Petrobras gastou 76 milhões para construir uma usina de biodiesel. Marcou a sua inauguração para dezembro. Mas a produção de mamona prevista não dá para 10% da necessidade da fábrica, porque não houve uma política municipal, um suporte dos governos federal e estadual para que os Municípios e seus agricultores se preparassem para produzir o volume de mamona necessário. Tanto é que a fábrica não será mais inaugurada em dezembro: já estão marcando sua inauguração para abril do ano que vem. Será que, em abril, dá para plantar mamona?

Quando conversamos sobre esse assunto, dá a impressão de que queremos fazer média. Não é verdade, Sr. Presidente. Fui Prefeito por duas vezes e, como Presidente da Associação Microrregional do Vale do Mucuri por quatro vezes, sei que é possível resolver os problemas com mais facilidade no âmbito municipal.

Nesta semana, os jornais escandalosamente publicaram, especialmente o jornal "Estado de Minas" de domingo, em sua manchete principal, o grande desperdício de bilhões e bilhões de reais em obras federais inacabadas, com superfaturamento, com erros, as quais começam e têm de parar porque o projeto está errado. Não há como conviver mais com esse comportamento do governo federal ao querer fazer obras. Temos de debater isso aqui, na Assembléia.

O governo federal é incompetente para realizar obras. O governo do Estado tem um pouco mais de competência, mas quem sabe fazer as obras necessárias ao povo é o Município. É preciso que comecemos a discutir aqui, na Assembléia, a necessidade de se fazer o que o Governador Aécio Neves está fazendo: convênio com as Prefeituras para repassar-lhes dinheiro para que façam melhores obras, bem-feitas e com mais economia. As obras federais são um desperdício no meio do caminho. Até chegar à base, um grande volume de dinheiro se perde.

Temos o exemplo do Juiz Nicolau, do Tribunal Regional do Trabalho. Em apenas uma obra, ele conseguiu roubar um volume de dinheiro equivalente ou um pouco maior do que todas as emendas dos 77 Deputados Estaduais de Minas Gerais para todos os seus Municípios. Num só furto, o Juiz Nicolau conseguiu tirar do governo e colocar no bolso mais dinheiro que todo o valor das emendas dos Deputados Estaduais.

Na reportagem do jornal "Estado de Minas", vimos quantos tribunais estão desviando recursos na construção dos seus prédios. Então, nos preocupa que o governo federal continue a pensar que é possível resolver o problema do Município com PAC: dar um PAC para Divinópolis, outro para Teófilo Ottoni, outro para Juiz de Fora, enfim, um para cada Município, e até tentar, numa medida provisória ou numa legislação espúria, que o dinheiro desse PAC não entre na proibição da lei eleitoral, para que as obras possam continuar no período eleitoral do ano que vem.

Então, a nossa preocupação é com a reforma agrária. Não há como suportar o crescimento desordenado das cidades. Não há como encontrar tanto dinheiro para calçar ruas, fazer redes de esgoto e de água, preparar a cidade para receber esse contingente de pessoas da zona rural, que estão fugindo de lá porque não recebem do governo suporte para estruturar o seu trabalho e viver da produção agrícola.

Hoje estamos assistindo a esse quadro. Não é apenas o caso de Montes Claros, com o problema da mamona. Sabemos que óleo de mamona é vendido hoje a R\$5,00, mas a Petrobras quer pagar R\$1,10. Claro que ninguém produzirá mamona para vender por R\$1,10 para a Petrobras, se o mercado externo paga R\$5,00. Há também a história do pinhão-manso. Por que esses grandes desastres administrativos acontecem, com a perda substancial de recursos nacionais? Por que isso acontece? Porque não se ouve a base da nação brasileira, o Município. Não se ouve a liderança local, não se escuta o Prefeito, o Vereador, o Presidente da associação comercial em cada Município, para se fazer um investimento. Estima-se um investimento de cima para baixo, joga-se aquele dinheiro e desperdiça-se recurso público a rodo, em todo este país.

Então, Sr. Presidente, quando vimos aqui, pela segunda vez, para falar sobre municipalização da reforma agrária, desejamos dizer que queremos a solução. Aqueles que de fato querem a solução ajudarão os governos federal e estadual, por meio da Secretaria Especial de Reforma Agrária, a resolver o problema. Mas primeiro é preciso que as pessoas que trabalham nesse setor tirem as teias de aranha da cabeça, parem de pensar retrogradamente, solidificando-se em um sentimento de que apenas o governo federal deve fazer reforma agrária. Isso não é verdade. A reforma agrária deve ser feita no Município, em cada bairro, em cada distrito, em cada povoado. O Prefeito, o Vereador, a liderança local sabem quem são as pessoas que fugiram da zona rural, quem tem aptidão para o trabalho rural, quem pode voltar para a zona rural para ser produtor. Que não venham para a cidade para serem apenas consumidores - e consumidores de alta estirpe -, que precisam do Bolsa-Família, que vivem do suporte, da ajuda da Prefeitura para pagar aluguel. A situação é dramática e precisa ser revertida. Para isso acreditamos que é ponto de honra defendermos a idéia de que a reforma agrária é um problema de todos nós, de cada cidadão brasileiro, e não, apenas um problema do governo federal. É uma realidade que precisa ser implantada. A reformulação da estrutura agrária brasileira não pode passar pelo processo que estamos vivendo nos últimos tempos, em que as grandes indústrias rurais passaram a dominar, com suas máquinas e equipamentos, o território produtivo brasileiro, deixando de lado a agricultura familiar.

O suporte para a agricultura familiar iniciou-se no governo Fernando Henrique e continua no governo Lula. Tudo bem! Assim como começou o Bolsa-Família, o Bolsa-Renda, o Bolsa-Escola no governo Fernando Henrique, que continue no governo Lula. Mas quando é que pensaremos em dar dignidade às pessoas? O suporte é necessário. Temos de dar ajuda. Temos de ampliar o Bolsa-Família, mas ampliar de tal sorte que possa dar às pessoas também a oportunidade de serem produtores, em vez de serem apenas consumidores nas periferias das grandes cidades.

Temos uma preocupação muito grande porque na nossa região, os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, ainda há uma definição de os cidadãos permanecerem na zona rural. Em Itambacuri, há uma região - naquela chapada da chegada a Teófilo Ottoni - onde temos uma comunidade rural bastante concentrada, que pode muito bem ser aproveitada para um projeto de reforma agrária, de estruturação agrária, de melhoria das condições de vida do homem do campo. Não há como continuarmos transportando da zona rural para a cidade essas pessoas, despreparadas para a vida na cidade. Da mesma forma, não há como manter na zona rural, sem dignidade, sem suporte, sem saúde, sem educação, as pessoas que estão lá.

Portanto, Sr. Presidente, o meu pronunciamento, hoje, é para tentar sensibilizar as pessoas, mostrar ao Secretário Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária, ao pessoal do MDA, do Incra, a todos que cuidam de reforma agrária que está na hora de aceitar o convite para o debate na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial desta Assembléia a fim de buscarmos juntos uma solução consentânea com o momento que vivemos hoje.

A reforma agrária não é um assunto apenas para véspera de eleição nem para estruturar e manter os organismos que estão aí, ganhando dinheiro do governo para fazer movimentos sociais políticos, sem resolver o problema. Queremos que o MST seja, de fato, um instrumento de luta para a reforma agrária, e não, apenas para fazer política em cima dela. E a forma de não se fazer política em cima da reforma agrária, ou seja, de fazê-la efetivamente é realizar a sua municipalização. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos os mineiros que nos vêem em mais de 300 cidades pela TV Assembléia, o assunto que nos traz a esta tribuna é muito importante: é um pedido urgente de providências contra o maior crime ambiental que está ocorrendo em Minas Gerais, no Rio São Francisco. As cidades abaixo de Pirapora - Ponto Chique, São Romão, São Francisco, Pedras de Maria da Cruz, Januária, Itacarambi, Manga, Matias Cardoso - e todas as comunidades ribeirinhas da região estão passando por um problema nunca antes visto na história do Rio São Francisco: as pessoas estão proibidas de beber a água do rio; os pescadores estão proibidos de pescar; a Defesa Civil proibiu o consumo de peixe; os ribeirinhos estão proibidos de tomar banho no rio. Tudo isso em decorrência de um assunto de que já falei por diversas vezes nesta tribuna: o esgoto de Belo Horizonte, que está sendo jogado no Rio das Velhas e, conseqüentemente, no Rio São Francisco. Em vários pontos do rio, já são encontrados peixes mortos de diversas espécies. O pânico já se espalhou na região. E o que nos intriga é o fato de parecer haver um abafa, pois ninguém diz nada. A Defesa Civil proíbe, mas o Estado, a Copasa, os órgãos do governo não tomaram nenhuma providência capaz de satisfazer ou de pelo menos dar uma resposta ao povo ribeirinho.

Neste final de semana, estive em várias cidades da região. Aliás, estive reunido com centenas de pessoas que moram nas ilhas do Rio São Francisco, no Município de São Francisco, e elas estão sem saber o que fazer. Estão proibidas de pescar, mas não recebem um salário para manter as famílias; estão proibidas de beber água, mas a Copasa não manda caminhões-pipa para servir-lhes água tratada. A cidade de Pedras de Maria da Cruz, por exemplo, Sr. Presidente, ainda não tem o tratamento da Copasa; a Prefeitura tira a água do rio e joga diretamente para a cidade, num tratamento secundário. Os seus habitantes entraram em pânico, e tivemos que, por meio do DNOCS, perfurar um poço artesiano no meio da cidade para atender precariamente à população, que viveu um transtorno sem precedentes.

Portanto, gostaria de registrar aqui esta denúncia. Estive informando-me a respeito do funcionamento do tratamento do esgoto sanitário de Belo Horizonte e da Região Metropolitana. Venho aqui destacar e fazer a denúncia, pois tanto a ETE do Ribeirão Arrudas quanto a ETE do Ribeirão do Onça, em Belo Horizonte, só tratam parte do esgoto sanitário. Grande volume de esgoto continua a ser jogado no Rio das Velhas. Além disso, Sr. Presidente, trata-se de um tratamento secundário, ou seja, o nitrogênio e o fósforo dos esgotos não são tratados. Essas estações não conseguem reter o nitrogênio nem o fósforo, e eles agem como verdadeiros fertilizantes nas águas do Rio das Velhas e, conseqüentemente, nas águas do Rio São Francisco.

Assim, podemos afirmar: tudo indica que a grande proliferação de algas tóxicas que tomaram conta do Rio São Francisco e do Rio das Velhas é proveniente do esgoto de Belo Horizonte, que cai nesses rios; portanto, é de responsabilidade direta da Copasa. Aí surgem alguns questionamentos. Descobrimos também, Sr. Presidente, que três tanques de tratamento do esgotos de Belo Horizonte não estão funcionando. E eu pergunto: Por que a Copasa não está recolhendo o esgoto? Por que esses três tanques estão parados? Por que é caro? O interesse econômico está acima do interesse social?

As empresas públicas do Estado - Copasa e Cemig - só pensam hoje em lucrar, lucrar e lucrar. Ainda ontem, só no Município de São Francisco, houve 57 comunidades sem energia, e isso apenas porque houve alguns trovões na região, não chegando nem a chover. Se chover no Norte de Minas, falta energia.

No entanto, Sr. Presidente, assisti, na semana passada, pela televisão, a uma propaganda tão bonita da Cemig, como sendo um exemplo de companhia energética para o País e o mundo. Acredito que ela se esqueceu de olhar pelo Norte de Minas. É preciso que os técnicos da Cemig se desloquem até o Norte de Minas. Trata-se da maior empresa, a mais bem conceituada do Brasil entre as que oferecem energia, como foi apresentada na propaganda, mas ela não está chegando da forma como deveria às regiões mais pobres do Estado.

E mais, Sr. Presidente, há na região poços artesanais equipados pelo DNOCS há mais de três anos. São centenas de comunidades rurais que sonhavam com a água. Conseguimos, com muito trabalho, recursos do governo federal, perfuramos os poços, equipamos, colocamos a caixa - d'água e instalamos a redistribuição. Mesmo assim, já são três anos, e a Cemig não faz a ligação da energia. Isso é um absurdo. Só no Município de Itacambira, são 13 poços equipados há três anos. No Município de São Francisco, também, 16 poços artesanais estão equipados há três anos, mas a Cemig não liga a energia.

No Município de São João das Missões, há mais quatro poços equipados há dois anos, e a Cemig não liga a energia. No Município de Manga, são mais de oito, e assim na região inteira.

Deixo um questionamento, um apelo para que a Copasa e a Cemig assumam sua responsabilidade social com o Estado e com o povo. É muito fácil cobrar taxas absurdas. Se a Cemig e a Copasa diminuíssem seu gasto com propaganda em 50%, com certeza resolveriam todos os problemas de ligação do Norte do Estado.

Fica aqui, mais uma vez, a pergunta: "o que vamos fazer com a população ribeirinha do São Francisco? Quem vai pagar a conta? Como fica a população que vive nas ilhas?". Esta não pode pescar, não pode beber água, não pode tomar banho. Nas ilhas, não há banheiro, não há água encanada, não há poço artesiano, só água do rio. São milhares de famílias ao deus-dará. Precisamos de uma resposta urgente do governo do Estado.

Agora vou concordar com o Deputado Antônio Júlio, que sempre usa esta tribuna para dizer que aqui existem muitos bajuladores que não estão levando as coisas para o Governador. Portanto quero fazer um apelo ao governo. Alguns segmentos, algumas secretarias e muitas pessoas desta Casa escondem do Sr. Governador a realidade do que ocorre em Minas Gerais. Portanto, Sr. Governador, peço que mande fazer uma

investigação, mande apurar a questão do crime ambiental que está vitimando milhares de pessoas de nossa região, nosso povo ribeirinho. As cidades de Pedras de Maria da Cruz, Januária, Manga, Itacarambi, Matias Cardoso, São Romão e Ponto Chique pedem providências. As pessoas já não sabem o que fazer. Se a Copasa tivesse mandado pelo menos cinco ou seis carros-pipas a cada Município desses para levar água às comunidades ribeirinhas, tudo bem, mas não: simplesmente se proibiu que bebesses da água e não deram nenhuma solução para o caso. Os Prefeitos já não sabem o que fazer, porque as Prefeituras são pobres, os recursos são pequenos e as Prefeituras não têm equipamento, não têm carros-pipas, não têm condições de fazer esse atendimento de forma eficaz a toda a população.

Fazemos aqui, mais uma vez, esse apelo à Copasa, para que sejam colocados os três tanques de tratamento ociosos em funcionamento, porque, se o esgoto de Belo Horizonte estivesse sendo 100% tratado, com certeza teríamos evitado esse grande crime ambiental contra o Rio São Francisco e o povo ribeirinho.

Quero também, aqui, fazer um apelo aos órgãos ambientais, ao IEF, ao Igam, à Feam, à Secretaria de Meio Ambiente, ao Ibama, tão implacáveis quanto aos pequenos produtores de nossa região. Esses órgãos às vezes excedem sua função, exigindo corretamente o tratamento ao meio ambiente, mas outras vezes extrapolam, quando, por exemplo, embargam nossas barragens no Norte de Minas. São várias obras embargadas, como as barragens de Berizal, de Congonhas, do Calindó, e tantas outras obras paralisadas por falta de licenciamento ambiental, obras fundamentais para o desenvolvimento do ser humano, porque vão garantir a água. A nossa região está virando um deserto. O Igam, na semana passada, implacavelmente, foi até São João das Missões, o Município mais pobre de Minas Gerais, com o menor índice de desenvolvimento humano. Chegou lá sem avisar, sem aviso prévio, sem nenhuma política de conscientização, e desceu multa nos pequenos produtores do Vale do Itacarambi, tanto do lado de Manga quanto de Missões, espalhando pânico na região. Mas esses órgãos se calam diante desse crime ambiental absurdo que ocorre com o Rio São Francisco. Não vi o Igam, o IEF, a Feam, o Ibama, não vi ninguém levantar a voz contra o crime ambiental que a Copasa comete contra o Rio São Francisco e o povo ribeirinho. Gostaria que este pronunciamento fosse ouvido por essas autoridades e que amanhã começássemos a ter as respostas.

Fica aqui, Sr. Presidente, o nosso protesto e a indignação do povo ribeirinho e de todos os que sonham ver o Rio São Francisco revitalizado, fato que já tem a sinalização do governo federal, que agora, por meio do Ministério da Integração Nacional, está garantindo recursos para a construção da rede de esgoto e das estações de tratamento para todas as cidades ribeirinhas: Manga, Montalvânia, Matias Cardoso, São Romão, Ponto Chique, Pedras de Maria da Cruz, Itacarambi e tantas outras acima de Pirapora. Mas não adianta fazer o tratamento de rede de esgoto dessas cidades, se a Copasa continua jogando o esgoto de mais de três milhões de belo-horizontinos no Rio São Francisco.

Amanhã irei a Brasília fazer essa denúncia à Ministra do Meio Ambiente. Irei também pedir socorro ao Ministro da Integração Nacional, para que libere recursos emergenciais para socorrer não só a população ribeirinha do São Francisco, mas também toda a população do Norte de Minas, que está sendo castigada pela maior seca que já enfrentamos nos últimos anos. Talvez também este pronunciamento sensibilize o governo e este inclua mais recursos no Orçamento do Estado destinado ao Norte de Minas e ao Vale do Jequitinhonha, principalmente no que se refere ao abastecimento de água dessas comunidades. Precisamos disso urgentemente, porque o Orçamento do Estado, já denunciado aqui pela Deputada Ana Maria Resende, está privilegiando as regiões mais ricas, em detrimento do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri.

Eis a nossa indignação e o nosso pedido de providências. Muito obrigado, Sr. Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 30/10/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Elisa Costa

exonerando Cristina Carla da Mota Magrineli do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Getúlio Neiva

exonerando Leonardo Gil Pedrosa do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Elton Jackson Gomes da Motta do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Manoel de Jesus da Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

nomeando Douglas Deoclécio Tostes Firmo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

nomeando Ivani Martins Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Lélcio Henrique de Souza Lima para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 14/11/2007, às 10h30min, pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço mensal, tendo por finalidade a contratação de prestação de serviços técnicos de manutenção para computadores HP Proliant ML370.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 13/11/2007, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a aquisição e instalação de um conjunto de arquivos deslizantes.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2007

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2007

Objeto: contratação de empresa para fornecimento e instalação de armários, mesas, gaveteiros e portas. Pregoeiro vencedor: Marcenaria Irmãos Vaz Ind. e Com. Ltda. ME.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2007.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2007

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 13/11/2007, às 15 horas, pregão presencial, do tipo menor preço global anual, tendo por finalidade a contratação de empresa para a execução de serviços de manutenção predial das dependências do Palácio da Inconfidência, do Edifício Tiradentes e dos demais anexos.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

ERRATA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 30/10/2007, na pág. 54, col. 4, na assinatura, onde se lê:

"Alberto Pinto Coelho, Presidente.", leia-se:

"Doutor Viana, Presidente."